



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

1.

ATA N.º 34/XII-2º/2018-19

1 - Aos vinte sete dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, pelas 21H15, no Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro, na rua Professor Ruy Luís Gomes no Laranjeiro, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de setembro da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia
 - 3.1 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais para o ano de 2020”;
 - 3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais para o ano de 2019”;
 - 3.3 – Ratificação dos nomes dos representantes da Assembleia Municipal no Painel de Observadores do Programa de Monitorização de Odores Atmosféricos da FCT-NOVA – Sovena Oilseeds;
 - 3.4 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;
 - 3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Procedimento concursal para provimento de cargo de direção intermédia de 2º grau – Chefe de Divisão de Gestão Administrativa – SMAS”;
 - 3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor Delegado – SMAS”;
 - 3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração da composição de júri do procedimento concursal tendente ao recrutamento de Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças”;
 - 3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor do Departamento de Projetos e Obras – SMAS”;
 - 3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Minuta de Protocolo de Colaboração Técnica e Financeira a celebrar entre o Fundo Ambiental, a Câmara Municipal de Almada e a Agência Portuguesa do Ambiente”;
 - 3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “2ª Revisão do Orçamento 2019 e das Grandes Opções do Plano”;
 - 3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração à licença de Loteamento do L722/93 para construção do Edifício “Residência de Nossa Senhora de Piedade” destinado a Residência Sénior”;
 - 3.12 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Minuta de Acordo a celebrar entre a Câmara Municipal de Almada e a REN”;
 - 3.13 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios”;
 - 3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Participação do Município na Associação de Turismo de Lisboa”;
 - 3.15 – Apreciação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aprovação da declaração de alteração por adaptação dos PMOT em vigor, com vista à integração, e consequente compatibilização, das normas do Programa da Orla Costeira de Alcobaça-Cabo Espichel (POC-ACE).”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; João Eduardo Alves de Moura Gerales; Sónia Tchissolle Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Daniel Pedro Sobral; António Francisco Salgueiro; Augusto António Brinquete Proença; Marina Alexandra Pereira Lopes; Inês Pizarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva (PS), Bruno Ramos Dias CDU), Elisabete Peres Pereira (CDU), Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU), Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque (PSD), Sílvia Maria Mendes de Sousa (PSD), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS) para o dia 27 de setembro, por impedimento de Sérgio Cantante Faria de Bastos; José Gabriel Guiomar Joaquim (CDU), para os dias 27 e 30 de setembro; António Abrantes de Almeida (CDU), para o dia 27 de setembro, por impedimento de Mara Rita Silva Martins, de Jorge Miguel Oliveira Feliciano, de Mário José de Sousa Pedroso, de Andreia Sofia Fernandes Egas, de António José Olaio da Silva, de José Augusto Tavares Oliveira e de Joana Tavares Reis Raposo; José João Santos da Mata (CDU); Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), para o dia 27 de setembro, por impedimento de Sónia Raquel Faria; e Nuno Ricardo Fragoso Dominginhos (PSD) para o dia 27 de setembro.

4.1.2 - O Senhor Presidente da União da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Ricardo Jorge Cordeiro Louçã (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Ilda de Lurdes de Oliveira Dâmaso Garrett, a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, Teresa Paula de Sousa Coelho (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Patrícia Mónica de Carvalho Gancho Brito.

4.1.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta do Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind).

4.2- O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença do Senhor Vereador Tiago Galveia em substituição da Senhora Vereadora Amélia Pardal, por impedimento de Rui Jorge Martins e de Ana Cláudia Dias; da Senhora Vereadora Catarina Pé-Curto em substituição do Senhor Vereador António Matos, por impedimento de Ricardo Manuel Vieira; e do Senhor Vereador Luís Filipe Pereira em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

4.3 – O Senhor Presidente deu as seguintes informações à Assembleia:

4.3.1 – Foi feita a distribuição aos Senhores/as Deputados/as Municipais do Relatório de Atividades da Assembleia Municipal do ano de 2017/18, que será divulgado na página net da Assembleia e no Facebook;

4.3.2 – O Senhor Presidente recebeu a Comissão Sindical do STAL Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, o qual entregou um dossiê de documentação que se encontra nos serviços da Assembleia ao dispor dos Senhores Deputados Municipais;



4.3.3 – Foi feita a distribuição aos Senhores/as Deputados/as Municipais do relatório nº 2018/1294 da IGF, sobre a utilização dos recursos públicos na área da contratação pública;

4.3.4 – Deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 25 de setembro, um pedido do Grupo do PS para um debate temático, ao abrigo do artigo 65º do Regimento, sobre a ação de controlo ao Município elaborada pela IGF.

4.4 – Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.4.1 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) sobre a Linha de Muito Alta Tensão, enviado para a Câmara Municipal em 11/7/2018, ainda não foi respondido.

4.4.2 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre intervenção de requalificação do edifício da Incrível Almadense, enviado para a Câmara Municipal em 7/5/2019, ainda não foi respondido.

4.4.3 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre obras de requalificação do salão de festas da Incrível Almadense, enviado para a Câmara Municipal em 6/6/2019, foi respondido em 5/8/2019.

4.4.4 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre degradação da estrada nacional 10-1, enviado para a Câmara Municipal em 2/9/2019, ainda não foi respondido.

4.4.5 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre alerta e preocupações com a vespa velutina, enviado para a Câmara Municipal em 2/9/2019, ainda não foi respondido.

4.4.6 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind) sobre descargas nas águas do Rio Tejo na zona do 2º Torrão na Trafaria, enviado para a Câmara Municipal em 24/5/2019, ainda não foi respondido.

4.4.7 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre concurso gastronómico “sabores de Almada 2019”, enviado para a Câmara Municipal em 21/8/2019, ainda não foi respondido.

4.4.8 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre peixes mortos nas praias do Município, enviado para a Câmara Municipal em 21/8/2019, ainda não foi respondido.

4.4.9 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre qualidade da água do lago do Parque da Paz, enviado para a Câmara Municipal em 30/8/2019, ainda não foi respondido.

4.4.10 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre responsabilidade pelos animais no Parque da Paz, enviado para a Câmara Municipal em 30/8/2019, ainda não foi respondido.

4.4.11 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre utilização de produtos fitofarmacêuticos à base de glifosato em espaços públicos, enviado para a Câmara Municipal em 5/9/2019, ainda não foi respondido.

4.4.12 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre campanha de esterilização de animais de companhia, enviado para a Câmara Municipal em 5/9/2019, ainda não foi respondido.

4.5 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/as Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.6 – Finalmente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que tinham sido atempadamente distribuídas as atas n.ºs 32/XII-2.º/2018-19 e 33/XII-2.º/2018-19 da sessão ordinária de junho de 2019, para aprovação pela Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4.6.1- Colocadas à votação, foram aprovadas por unanimidade as atas n.ºs 32/XII-2.º/2018-19 e 33/XII-2.º/2018-19 e ratificadas as respetivas minutas, nos termos do n.º 2 e 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, tendo votado os Senhores Deputados Municipais presentes nas respetivas reuniões.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

Referir que as reuniões da Assembleia Municipal são reuniões públicas. E, sendo reuniões públicas, são também transmitidas em *streaming*. Nós temos repórteres de imagem que permitem a transmissão em *streaming* da reunião. E, portanto, a imagem e a identificação dos cidadãos que intervêm na Assembleia Municipal passam a ser de conhecimento público. Por isso, se os/as senhores/as múncipes que pediram a palavra tiverem problemas que pretendam apresentar, mas não queiram que a sua imagem seja revelada através destes meios, podem fazê-lo da seguinte maneira: ou podem colocar a questão por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, que dará sequência à questão, ou podem pedir uma audiência ao Presidente da Assembleia, que terá todo o gosto de receber os múncipes que não queiram expor a sua situação de forma pública.”

5.2 - Usaram da palavra os Senhores Múncipes António Pratas, José Manuel Dias Rodrigues, João António Franco Rocha, Pedro Rebelo, Gomesindo Pereira, João Duarte, Tatiana Arquizan e António Manuel Valadas Palma.

5.2.1 – O Senhor Múncipe António Pratas:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Hoje tenho a incumbência de vir aqui apresentar um assunto que é do vosso conhecimento, relativamente a evolução do processo da Herdade da Aroeira, que parece que está a ser seguido com cuidado por parte da Câmara Municipal, o qual agradeço desde já. Mesmo por já ser um pouco longo todo este processo, gostaria de obter alguma informação sobre o processo que decorre. Julgo saber que há um processo em curso com o urbanizador, por ainda não ter entregue todos os alvarás que datam de 1973, 1974, 1975, por aí fora, e esse processo gostaria de saber como é que ele está, se está perto de findar, se ainda está muito demorado. A Herdade da Aroeira é um sítio específico e particular deste Concelho, uma herdade com 350 hectares, com dois campos de golfe, que é impar no país, dada a sua dimensão e a sua importância, paredes meias com a praia, com a Herdade da Apostiça, com um enquadramento único na Europa, e é a nossa preocupação, dos moradores e eu falo em nome individual, que o processo decorra da melhor maneira possível, porque eu quando adquiri um lote na Herdade da Aroeira e construí, foi-me exigido um caderno de encargos, nomeadamente em termos de segurança, vedação das redes, não podia construir muros, uma série de coisas, que neste momento pode haver alterações digamos que orgânicas e organizativas, tem-nos levantado alguns problemas. É um sítio onde efetivamente se pode fazer muita coisa, desde desporto, cultural, sei está anunciado que vai existir um Centro Cultural na Herdade da Aroeira, portanto, é um sítio aprazível para as pessoas, para os múncipes poderem estar e eu gostava de saber o que é que a Câmara Municipal pensa sobre a Herdade da Aroeira, efetivamente há uma Associação de moradores, há muitos moradores que não se revêm nessa associação de moradores e nas suas démarches, nós não queremos ser prejudicados por ninguém e por erros que possam existir no relacionamento com a Câmara Municipal ou com o antigo urbanizador ou com quem quer que seja. E por isso gostaríamos que a Câmara Municipal tivesse um cuidado particular neste assunto.

Os acessos à Herdade da Aroeira, também foi um dos assuntos mencionados há bastantes anos, a Avenida do Mar está num estado difícil, digamos assim, gostaria também de saber se efetivamente se pensa fazer alguma coisa, e basicamente fazer este alerta, gostava que a Câmara Municipal nos ajudasse a preservar algo que é impar no país.”

5.2.2 – O Senhor Múncipe José Manuel Dias Rodrigues:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

14

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que me traz aqui hoje é muito simples, é dar o testemunho de um passado muito recente. Eu sou morador na Herdade da Aroeira, moro em frente a um portão que existe, e tive uma tentativa de assalto com seis pessoas encapuçadas, armadas, tenho cinco filhos e isto está filmado, aliás decorre uma investigação que foi entregue ao Departamento da GNR da Charneca de Caparica, que também não tem meios, tem uma área muito grande, portanto, não pode fazer mais do que aquilo que tem ao seu dispor. E como pai e como cidadão, e como munícipe, nascido, criado, estudei, casei, criei família, tenho empresas no Concelho, preocupa-me. Preocupa-me, falo com muita gente, falo com investidores, falo com pessoas de outros países que têm efetivamente uma visão, muitas vezes que nós que cá estamos dentro vivemos num sítio e achamos que aquilo é normal, e do potencial que aquilo tem, talvez não haja esta noção. O Campo de Golfe traz um retorno de 30 milhões de euros a nível só do golfe, não falando de outras coisas, do potencial das pessoas que cá vêm jogar golfe, podiam ter um Centro de Turismo, ali junto à entrada da Herdade da Aroeira, para divulgar o Concelho, para divulgar outras coisas, para cativar mais verbas. Essa minha preocupação, eu acho que ao longo da minha vida profissional e académica sempre pautei pelo diálogo, e acho que se podia fazer mais dialogando, e é isso que nós pretendemos. Basicamente, eu, e uma série de moradores com quem tenho a oportunidade de falar.”

5.2.3 – O Senhor Munícipe João António Franco Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Naturalmente, não podia começar de outra forma a ler este texto, sem fazer referência aos cerca de dez mil residentes que habitam em Áreas Urbanas Génese Ilegal, na área de jurisdição da União de Freguesias da Charneca de Caparica/Sobreda e transmitir a todos eles que os processos de reconversão das AUGI estão a decorrer os seus trâmites legais, neste Município, sem turbulência, mas com o apoio do atual executivo, conseguiremos levar o barco a bom porto.

Lamento, como cidadão de um país comunitário, o que passo a mencionar: em diversas Assembleias Municipais deste Município, tenho constatado alguma agressividade perante o atual Executivo, em questões relacionadas com os trabalhadores desta Autarquia e não só, sendo que, por vezes, atinge o limite da ética na política, talvez idêntico a uma espécie de interrogatório tipo OPC, por uma força política, representada nesta assembleia municipal que, defende de uma forma intransigente os trabalhadores, mas utilizou uma fórmula usual, de há 4 décadas atrás, para admitir 10 trabalhadores, no passado recente, ou seja sem concurso prévio de ingresso, na Administração Local, para a referida União de Freguesias. Isto equivale a dizer que estamos perante uma situação de trabalho precário/clandestino, num organismo da Administração Local, assim sendo, foi violado o princípio da legalidade, definido na Constituição da República Portuguesa, para com estes trabalhadores, relativamente à sua remuneração mensal e, de uma eventual indemnização, bem como ainda o sistema da Segurança Social que, engloba também o Serviço Nacional de Saúde e de outras regalias sociais. Acrescento também que o trabalho clandestino praticado no passado recentemente, nesta União de Freguesias, terá sido, provavelmente, idêntico aos dos anos de sessenta, sendo que, nessa década já se aplicava aos estivadores do Porto de Lisboa, os quais se apresentavam diariamente, na casa do estivador, existente nas imediações do Largo do Chafariz de Dentro, em Alfama. Situação idêntica aconteceu no estaleiro desta União Freguesias sediado na Charneca de Caparica, sendo lamentável que, em pleno século XXI, um organismo público, tivesse aceite esses 10 trabalhadores, na situação de trabalhadores clandestinos, onde deveriam ser estes, a zelar pela legalidade e não fomentar a ilegalidade.

Termino, censurando todos os atos administrativos praticados á revelia do Código de Procedimento Administrativo e legislação vigente, pelos Órgãos da Administração Local, só desta forma se consegue evitar situações de ilegalidade, idêntica à mencionada no parágrafo anterior. Tenho dito.

Em tempo, em virtude do exposto, os Senhores Deputados Municipais, poderão solicitar ao Presidente da União de Freguesias, da Charneca de Caparica/Sobreda, mais informação inerente ao trabalho clandestino, praticado no passado recente, nesta União de Freguesias.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em aditamento, interrogo o Executivo cessante, qual a verba e rubrica utilizada para o pagamento destes 10 trabalhadores, que exerceram trabalho clandestino na União de Freguesia da Charneca de Caparica Sobreda.

Finalmente Senhor Presidente da Assembleia Municipal, vou entregar a vossa excelência a lista destes trabalhadores clandestinos.”

5.2.4 – O Senhor Munícipe Pedro Rebelo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É o ponto de partida da política que mais uma vez aqui nos trás, as pessoas. Vimos de preto, a cor do luto, porque é triste o que aqui nos traz, mas unidos como os dedos da mão com a força da razão de todos os que têm de lidar com agressores e se veem confrontados com a cumplicidade da sua entidade patronal.

Vimos aqui hoje, porque já chega de termos uma entidade patronal que recusa agir sobre o que há demasiado tempo tem significado o surgimento de patologias psicológicas e até físicas aos trabalhadores.

Vimos aqui hoje, porque já chega de prestarmos uma tão nobre causa como um serviço público de bibliotecas e vermos colegas a ficarem de baixa psicológica exclusivamente por razões do foro comportamental em ambiente laboral. Vimos aqui hoje, porque já chega vermos o choro como uma espécie de banalidade porque acontece com muita frequência. Não viemos todos porque dar a cara tem preço, sinal claro e prova do que aqui exigimos tem verdade e justiça. Já chega! Assédio moral não!

Nós, através do STAL demos já vários passos:

1 - Entrega de uma exposição com base nos nossos depoimentos escritos e orais, sistematização para a ação a que o Executivo nunca demonstrou aferir ou dialogar para agir sobre o problema;

2 - Na ausência de resposta, entregamos um abaixo-assinado, subscrito por 68% de nós, mesmo em cenário de assédio moral, e inclusive por trabalhadoras que já neste espaço trabalharam e se foram embora pela razão que aqui nos traz, mas decidiram dar o contributo para a resolução do problema. Com esse fim, foi solicitada audiência à Senhora Presidente de Câmara que nunca respondeu;

3 - Não obtendo resposta decidimos avançar para a denúncia, exigindo ação sobre o problema ao Executivo através de faixas à porta das bibliotecas em que trabalhamos. Nesse mesmo dia, dando seguimento e confirmação de estar ao lado da agressora o Senhor Diretor Municipal e a Chefe de Divisão, a agressora, decidem abordar individualmente trabalhadores das bibliotecas a pedir satisfações sobre as faixas que ali estavam à porta. Práticas de um tempo que pensávamos que da "outra senhora";

5 - Em reunião convocada pela Sra. Vereadora Teodolinda Silveira, a 23 de julho, que ignorava na sua ordem de trabalhos este tema, mas que não deixou de ser colocado pelo STAL, eis que são levantadas, para nosso espanto, suspeitas sobre a veracidade do abaixo assinado e até sobre a idoneidade do Serviço de Saúde Ocupacional no que às baixas psicológicas diz respeito;

Estamos cá! Não para fechar caminhos, mas para os abrir. Os caminhos em que a exoneração da atual Chefe de Divisão em regime de substituição, é razão de voltarmos às cores alegres das nossas camisolas porque ir trabalhar para todos e cada um dos trabalhadores das nossas bibliotecas é o foco numa nobre missão ao invés de lidarmos com agressão, desvalorização, desmotivação, confusão...

Exigimos que se ponha fim à prática de assédio moral na Rede Municipal de Bibliotecas através da exoneração da agressora - A Chefe de Divisão.

Estamos preparados para tudo, para contribuir para o esclarecimento, mas também para lutar pela nossa saúde e das nossas famílias e através dela, pelo serviço público.

5.2.5 – O Senhor Munícipe Gomesindo Pereira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



7K

Eu venho aqui fazer uma reclamação. Fiquei esquecido no tempo e fizeram talvez tábuas de um requerimento que meti, vai para 180 dias, 6 meses, mas que o Regulamento do RUMA – Regulamento Urbanístico do Município de Almada, para esse serviço, indicava um tempo de 15 dias para a resposta. Esse serviço é pago, e foi o que fiz na devida altura, paguei-o. Trata-se de um lote de terreno situado na Quinta da Cereira, rua do Sol, nº 36. Fiz o requerimento entreguei-o na Câmara Municipal, no dia 3 de abril do corrente ano. Até à data resposta, nenhuma, nem por via escrita, nem por outra via de comunicação. O requerimento tem o número 7033/19, o lote situa-se na rua do Sol, nº 36, tenho caderneta predial, em seguida dirigi-me à Repartição de Finanças da Torre das Argolas para preencher um modelo que eles me solicitaram para efeitos podia ser alterado, até à data estão à espera. Este lote tem uma escritura marcada e está agendada.

O lote sofreu uma nova medição, dado que a Câmara Municipal não dispõe de topógrafo para fazer as medições. Dirigi-me à área do terreno, fê-la, entreguei a declaração juntamente com tudo o que me foi exigido pela Câmara Municipal na data do requerimento, com a nova medição. Ora, a pessoa que adquiriu, que ainda não está a escritura feita, mas está o contrato de promessa compra e venda, só aceita a tramitação do lote depois da nova medição. Isso foi tudo entregue, repito vai para 180 dias, e não tenho comunicação nenhuma. Isto está entregue ao Senhor Arquiteto António Henriques, Gestor do procedimento, também aqui tenho se quiserem tomar nota. Eu não sei quando é que me vão dar esta resposta, mas eu tenho uma escritura agendada. O RUMA diz 15 dias. Passaram 180 dias tenho mais do que razão para reclamar, como é óbvio. Eu não posso estar a suportar mais tempo, porque estão a protestar comigo, as próprias finanças disseram-me que isto tem um mês para entregar. Eu agradeço um esclarecimento e o serviço que me possam prestar. O que eu peço é uma certidão com a retificação atual do lote. Porque eu contratei o topógrafo, paguei os custos como é evidente, mas nada até hoje, 6 meses passados.”

5.2.6 – O Senhor Município João Duarte:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Hoje foi dia de greve climática, o clima é o motivo que convoca as pessoas à greve, porque como diz o movimento o problema maior das alterações climáticas, é do nosso sistema que não muda. Trata-se de olhar com outros olhos para a nossa indústria, para o nosso mercado, para a nossa mobilidade, para reduzir as emissões de carbono. Mas não só, trata-se de repensar como queremos viver e como agir em conjunto. Sabemos hoje que as alterações climáticas se vão fazer sentir com mais eventos extremos. Já encontramos tempestades e furacões e secas mais avassaladoras no nosso planeta. Levam milhares a adaptarem-se. Quem chama atenção sobre este problema do clima, são pessoas que estudam o assunto, são especialistas, são ecologistas, académicos e ativistas, preocupados com a terra, a nossa casa. Ecologia é uma daquelas palavras pesadas, cuja mitologia vem da Grécia antiga da junção de Oikos, que significa casa, família, com Logos, que significa ordem razão. Hoje esta greve chama-nos então para colocar ordem na casa. É pensando no Concelho de Almada como nossa casa que me dirijo a vós.

O meu nome é João Cão, sou investigador em participação social, os meus estudos teóricos fazem-se a partir do meu trabalho prático num Bairro do nosso Concelho, o 2º Torrão. Sou facilitador, trabalho com moradores deste sítio à beira do Estuário, e com geólogos costeiros e oceanógrafos. Este trabalho conjunto acontece há 5 anos para conseguir perceber e prever a ameaça das vagas, das ondas e a alteração da Costa durante tempestades. Com financiamento privado, 170 mil euros aplicados 2018 a 2021, este estudo interessa não só ao 2º Torrão, como a todos que vivem à beira do Estuário. Em Almada temos uma parte da população mais frágil, mais sensível a um eventual furacão ou tempestades mais severas. Ouço chamar oficialmente e também aqui nesta casa, de bairros de barracas, ao conjunto destes bairros tão diferentes entre si. O 2º Torrão é o mais denso destes bairros, com cerca de 3000 habitantes. Há 75 anos era um aglomerado de tendas, nos tempos de Abril era um conjunto de construções de madeira, hoje temos casas de tijolo com condições de habitabilidade muito diferentes entre si. Convido-vos humildemente, a pensar novas formas inclusivas de colocar a ordem na casa. As alterações climáticas obrigam-nos a conhecer o 1º Torrão, o 2º Torrão, as Terras de Lelo e Abreu e Terras da Costa, como parte da nossa casa. A gestão e resolução de problemas da vida comunitária nestes bairros, dependem de entre ajuda e trabalho benévolo e voluntário. A Associação de Moradores do Bairro do 2º Torrão, identifica desde já



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

um problema ecológico que precisa de apoio imediato da Câmara Municipal, o lixo. Recolhido esporadicamente nas extremidades do bairro, acumula-se e torna-se num problema de saúde pública. Os habitantes representados pela sua Associação, têm ideias próprias sobre como resolver. Mas, mais do que participar na resolução de problemas de ordem pública, podem estes habitantes participar no desenho do seu futuro? O anúncio de realojamento das barracas, feito pela Câmara Municipal no final de julho, no dia 19, trouxe outros problemas à organização social do Bairro. Quando e como acontecerá esse realojamento? Especificamente dirijo-vos perguntas que precisam de uma resposta pública inequívoca. O 1º Direito, um Programa de acesso à habitação requalificada a jovens com rendas acessíveis, é um mecanismo principal de realojamento? Se sim, como é que acontece? E qual é o papel dos novos prédios do projeto habitacional Almada Poente para com estes Bairros? Com os melhores cumprimentos agradeço-vos esta oportunidade.”

5.2.7 – A Senhora Munícipe Tatiana Arquizan:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou Tatiana Arquizan, como mediadora do projeto “Novos Decisores de Ciência” no 2º Torrão. O anúncio público do Projeto Habitacional de Almada Poente e a compreensão daquela população, gerou bastante confusão e fragilizou as iniciativas locais no 2º Torrão. Este bairro, está já há décadas numa situação instável em relação à sua recuperação no território. No nosso entender, esta situação não vai ser resolvida a curto ou médio prazo. Entretanto os moradores em colaboração com os atores sociais, e as instituições públicas, têm que continuar a trabalhar na melhoria das condições essenciais e dignas de vida.

Por isso gostaríamos de levantar nesta Assembleia Municipal a necessidade de esclarecer também a população local, o impacto concreto e a agenda da Estratégia Local de Habitação no 2º Torrão. Na mesma oportunidade queríamos transmitir uma carta para informar as autoridades sobre o Projeto de investigação Participativa Novos Decisores de Ciência no 2º Torrão. Acreditamos que o projeto da Câmara Municipal de Almada, e a abordagem que estamos a acompanhar, podem ser mutuamente benéficos. Desde 2014, o Atelier des Jours à Venir, a origem desse programa europeu de investigação, em colaboração com a Associação Cultural Portuguesa Canto do Cúrio, apoiar uma abordagem de pesquisa participativa realizada por iniciativa de moradores do 2º Torrão. Estes, desejavam questionar a evolução do Litoral, da zona residencial do Bairro. Nesse âmbito foi criado em 2018, um consórcio de investigação Internacional reunindo o LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Universidade de Lisboa, a Universidade de La Rochelle e o Centro Francês de Investigação Científica. O estudo da hidrodinâmica do Estuário do Tejo, poderia imaginar possíveis cenários do ordenamento do território associado a sistemas de alerta para proteger o habitat.

Esta investigação se prolongará por mais dois anos contando com um financiamento de 170.000€ (cento e setenta mil euros) da Fondation de France.

Os habitantes do 2º Torrão estão envolvidos em todo o projeto, particularmente na recolha de dados e a Associação de Moradores, desempenham um papel fundamental na colaboração com os investigadores. Os habitantes e os seus órgãos representativos, ou seja, a Associação de Moradores, assumem a responsabilidade de realizarem um projeto científico colaborativo, internacional, relativamente oneroso e a longo prazo que durará entre três a quatro anos. E, portanto, desde 2014, um total de oito a nove anos.

Demonstraram o seu interesse e a validade da sua determinação para pensar o futuro do seu território. Parece-nos que existe aqui uma oportunidade científica, política e cultural, para melhorar as condições de habitação. Esta abordagem é exemplar na Europa. Os cientistas e intervenientes em questões costeiras, esperam retirar lições que serão úteis para muitos outros territórios na Europa. Por conseguinte, convidamos as autoridades responsáveis para a questão urbana e habitacional em Almada, a dialogar e trabalhar connosco e aproveitar a rara oportunidade que esta abordagem representa.”

5.2.8 – O Senhor Munícipe António Manuel Valadas Palma:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

1k

Eu hoje quero vos falar da antiga Estrada 377 na Charneca de Caparica onde vivo há mais de trinta anos. No dia seis, tive oportunidade de assistir a uma sessão, chamemos-lhe de informação, e já nessa altura eu sinalizei a pouca ambição que aquele projeto me parecia ter, e acabei até por ficar surpreendido pela própria empresa a REN – Redes Energéticas Nacionais, que é a entidade que vai fazer, ao que parece, a renovação daquela estrada, dizer que já estava adjudicada a obra. Então a primeira pergunta é: qual o papel da cidadania neste processo? Talvez bater palmas no dia da inauguração?

Por outro lado, fiquei com a sensação errada, já sei, de que não havia estratégia para aquele projeto, sendo uma via estruturante da Charneca de Caparica. Mas tive a oportunidade de perguntar ao Senhor Presidente, Pedro Matias e ele disse-me que não, que havia uma estratégia e que a Câmara Municipal e a Junta sabiam para onde é que iam. Muito bem, ótimo. Então eu gostaria de saber onde é que nós podemos ter acesso aos estudos que provavelmente foram desenvolvidos para consubstanciar essa estratégia. Porque eu penso que sendo uma via estruturante, há ali muitas perguntas que eu gostaria de ter pelo menos algumas ideias. O itinerário da estrada, qual a densidade, se há estratégia para o comércio, se há fita verde, qual é o arranjo final, etc. E mais, queria saber se efetivamente a questão de o Metro chegar à Charneca faz parte da equação ou não? Portanto, digamos que é uma segunda pergunta.

Quanto a uma questão que tem dividido as forças políticas na União de Freguesias, é a questão do enterramento do cabo. Eu sou a favor do enterramento do cabo, já era há muitos anos, é uma questão velha em Almada, mas há aqui uma questão, porque é que não se enterra também, se calhar estou aqui a dizer uma heresia técnica, a outra linha que já lá está de alta tensão? Porque eu penso que a questão estética também é importante. Haver aqueles postos enormes lá, há os vermelhos e há os amarelos, os amarelos são da tal linha de muito alta tensão que nunca funcionou e a outra está em funcionamento. Vão enterrar uma, então porque é que não enterram a outra?

Quanto à questão da nocividade para a saúde humana, sinceramente não estou à vontade para afirmar seja o que for, naturalmente. Mas, penso que é de ter em atenção. Eu sei que o Decreto-lei 18/2018, tem uma Comissão para monitorizar os impactos eventuais na saúde humana, mas é para as linhas de alta tensão aéreas, creio eu, acho que não é para as enterradas. Então convinha, sendo certo que quem licenciou a obra foi Direção Geral da Energia, mas de qualquer das formas, convinha saber então que impactos e se faz sentido a monitorização ou não.”

5.3 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS).

5.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Oito minutos são poucos para responder às variadíssimas questões que aqui foram colocadas. Portanto, se me permitem tentarei responder brevemente aos Senhores Múncipes António Pratas e José Manuel Dias, em conjunto, dado tratar-se do mesmo assunto.

Quero deixar claro que sim, que desde o início que este Executivo se tem preocupado com a questão da Herdade da Aroeira. Como sabem, havia não só um diferendo social entre a entidade gestora e alguns moradores, a Associação de Moradores, não digo todos os moradores, mas há também uma questão de dificuldade nalguma representatividade de todos os moradores, seria mais fácil que houvesse um consenso.

Por outro lado, há também questões, de facto, como foi referido da receção de lotes e com a entidade que fez o loteamento, que fez o projeto e há de facto também questões com a receção de lotes. Levanta-se também a questão da natureza daquele território, se é condomínio privado, não é, nós sabemos que não é. E, portanto, se é espaço público, a Câmara Municipal já o disse e já o afirmou várias vezes, que não vê objeções em que seja espaço público, sabemos que havia várias condicionantes e regras para a construção, muitas delas como sabe, há muito que já não foram respeitadas, como a questão dos muros e a criação de muros. É evidente que nos preocupa a questão da segurança, mas também é verdade que à luz de se aquilo é um espaço público, a questão da cancela não é possível. Estamos neste momento a estudar, aliás, no seguimento de reuniões com a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Associação de Moradores e também com a entidade, outras hipóteses possíveis, e acertos relativamente à entrega de lotes. Quero-vos dizer desde já que, desde julho até setembro, já houve três reuniões no sentido de finalizar muitas das questões pendentes, e há mais outras previstas para a próxima segunda-feira. Portanto, o trabalho está a decorrer, nem sempre decorre tão depressa como queremos, havia vários empecilhos jurídicos, foi preciso pedir vários pareceres, inclusivamente para pensarmos para o futuro, teremos todo o gosto em acolher-vos e conversar convosco e com os moradores já com coisas mais sólidas nas mãos.

Relativamente ao Senhor Município João António Rocha, agradeço, mas de facto, como o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse, eu não posso falar em nome da União de Freguesias e, portanto, penso que essa pergunta era dirigida à União de Freguesias da Charneca de Caparica Sobreda.

Relativamente ao representante do STAL, eu devo dizer que agradeço a vossa presença aqui. Porque até agora, nós não tivemos uma única queixa devidamente identificada. Essa questão da não receção, nós já falamos, já tive ocasião várias vezes de falar com o representante do STAL, o Senhor Pedro Rebelo sobre esta questão. Foram variadíssimas vezes recebidos pela Vereadora com Pelouro e a quem compete resolver esta questão, a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira. Nunca até hoje, tivemos a formalização de uma queixa. Como sabem o assédio moral é um crime semipúblico. E, portanto, se realmente o STAL considera que tem razão e se acha que a Câmara Municipal não age, pode ir fazer uma queixa ao Ministério Público. Mas já que aqui estão todos, eu suponho que são todos funcionários das bibliotecas, agradecia que deixassem de facto o vosso nome e que apresentassem formalmente uma queixa. Porque nós só podemos agir se houver queixas formais. A última questão que anunciaram era que havia queixas, mas que as pessoas queriam permanecer anónimas, nós não podemos agir perante uma denúncia se for anónima. E, portanto, não. Não há perseguições Senhor Pedro Rebelo. E sabe muito bem, como disse eram práticas da “outra Senhora”, nós somos a “nova senhora”. E neste tempo de “nova senhora” não há perseguições. É preciso é haver clareza. E há um momento em que eu não sei até que ponto é que o próprio STAL não anda a fazer bullying aos funcionários das bibliotecas e é sobre isso que, aliás, a CGTP já recebeu um protesto porque neste caso sim obtivemos uma denúncia clara.

Vamos voltar ao Senhor Município Gomesindo Pereira, tem toda a razão relativamente à sua reclamação. Iremos ver de imediato o que se passa com o seu pedido, ainda bem que nos deixou as referências e iremos ver de imediato.

Relativamente ao Senhor Município João Duarte e Senhora Município Tatiana Arquizán. Em primeiro lugar, quero dizer que é com agrado que ouço o vosso projeto, erro meu certamente, não sei, não o conhecia. E, portanto, fico muito satisfeita de saber do vosso projeto de investigação, com entidades mais que respeitáveis e teremos certamente muito gosto em falar convosco estar convosco, perceber o que é que estão a fazer, e tanto mais com a participação da população parece-nos mais do que apropriado.

Dito isto e ainda bem que começaram com a questão climática, como sabem o novo Plano da Orla Costeira, não vai até ao 2º Torrão, nós temos estado a trabalhar com o Ministério do Ambiente, por enquanto até aquele que é o Plano de Ordenamento da Orla Costeira, que vai redesenhar tudo o que eram os instrumentos de gestão territorial ali na Costa Marítima, e sim, comunicaram-nos que ainda estavam à espera talvez do mesmo trabalho para depois poderem agir ao nível da Costa Ribeirinha, onde está incluído o 2º Torrão. A Cova do Vapor essa já está, e faz parte do Plano Marítimo.

Eu considero que não devemos misturar as duas coisas. Para nós é obviamente muito importante saber exatamente o risco exato. Mas daquilo que nos foi transmitido até agora, e é provisório e tendo em conta as medidas de segurança e os dados que devem conhecer talvez até melhor do que nós, da expectativa de subida e sendo o nosso território, um dos territórios mais vulneráveis ao nível das alterações climáticas e especificamente da eventual subida do mar, parece-nos evidente que o 2º Torrão está numa zona muito crítica. Isso em termos urbanísticos e de proteção e com a preocupação justamente das alterações climáticas e da subida do nível do mar.

Por outro lado, há também problemas sociais como sabem não preciso de os repetir. Quero só deixar uma nota. O que foi feito até agora, eu sei que as pessoas querem soluções já, de realojamento. O que foi feito até agora



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

71

foi: por um lado o novo regulamento e a estratégia de habitação, o 1º Direito não é apenas só para rendas acessíveis, o Almada Poente, que assinamos com o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, tem de facto uma grande componente de rendas acessíveis, mas a nossa Estratégia Municipal de Habitação, não se esgota, longe disso, no Almada Poente. E, portanto, e estamos a falar de casos diferentes como eu disse desde início, no caso do realojamento, a grande aposta é na requalificação e é aliás para isso que o 1º Direito mais aponta, mas também não excluimos a aquisição ou a construção. E não, não vai ser de um dia para o outro, eu percebo que as pessoas tenham pressa, mas não vai ser de um dia para o outro, por isso é que há uma estratégia que tem que ser convertida em planos fixos.

Vou terminar com a Estrada 377, dizendo ao Senhor Município Manuel Palma, nós vamos ter ocasião de falar da estrada nacional 377, é um ponto da ordem de trabalhos, eu espero nessa altura responder às suas questões.”

5.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A minha intervenção decorre da intervenção de um Senhor Município que veio aqui falar daquilo que se passou na gestão CDU, durante quatro anos na União de Freguesias Charneca de Caparica Sobreda.

Havia dúvidas sobre aquilo que era a gestão de Recursos Humanos e penso que o representante do STAL ainda aqui está e é bom que ouçam o que tenho para dizer.

Temos 10 trabalhadores da Junta de Freguesia que estavam à jorna, clandestinos. Foi fornecido na última Assembleia de Freguesia a todas as bancadas, trabalhadores que recebiam do caixa, eu gostava de saber como é que pagavam do caixa, qual era a rubrica, os serviços não me conseguem responder, porque não é possível, não tinham vínculo absolutamente nenhum à Junta de Freguesia, e nem sequer tinham seguro de acidentes de trabalho, se algum morresse ou se cortassem um braço no trabalho diário, o que é que ia acontecer. Portanto, o que me parece é que ainda bem que vejo aqui o STAL, é a 2ª vez neste Mandato. Devia ter vindo cá nos anteriores, em particular no anterior, à Junta de Freguesia ver esta pouca vergonha, isto é uma coisa indecente, sem palavras, isto é, sem palavras. Isto é tratar as pessoas de forma, eu não encontro adjetivos, tratar um trabalhador desta maneira isto é inqualificável. Isto é o PCP à moda antiga. Isto é inqualificável. E vem aqui acusar uma trabalhadora da Câmara Municipal de bullying. Isto não é bullying, isto é escravidão. E deviam ter cá estado no mandato anterior a dizer que isto não podia ser. Na Assembleia de Freguesia, aí é que deviam estar. Era gestão CDU, não interessava. Tem de defender os trabalhadores; o STAL não tem que defender o PCP, tem que estar ao lado dos trabalhadores. Todos. Todos os trabalhadores. Sejam filiados no PCP ou noutra partido. Este é o problema. E nunca vi um Sindicato fazer o que está a fazer à funcionária das bibliotecas. Atacar de forma indecente, inqualificável, uma trabalhadora. Nunca tinha visto na minha vida. E sou filho de um sindicalista, da CGTP. Nunca tinha visto uma coisa destas. Portanto, isto deixa-me indignado. E Senhora Presidente da Câmara Municipal, acho que é importante esclarecer isto à opinião pública, isto não pode continuar. O que está aqui é vergonhoso e é inaceitável, e mais, já deviam ter cá vindo no anterior mandato, está ali o antigo Senhor Vice-presidente da Câmara, que nem o SIADAP fez aos trabalhadores, nem avaliou os trabalhadores, deviam ter cá vindo denunciar isto. Isto é que deviam ter feito. Agora, estas questões orquestradas, estamos em campanha eleitoral percebemos. Não defendam o PCP, sejam decentes, defendam os trabalhadores que isso é que é importante.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.1.1- Pelo falecimento de Lara Crespo, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Fátima Marras (BE).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voto de Pesar Pelo falecimento de Lara Crespo

Lara Crespo nasceu em Lisboa a 16 de junho de 1971, mas residia na cidade de Almada. Foi cofundadora, em conjunto com Eduarda Alice Santos, do Grupo Transexual Portugal, um coletivo pelos direitos das pessoas trans



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

e contra a patologização da transexualidade. Foi também, desde os primeiros anos, organizadora da Marcha do Orgulho LGBTI de Lisboa.

Com um longo percurso no ativismo, principalmente a partir dos anos 2000, após o trágico homicídio de Gisberta, Lara Crespo esteve presente nos momentos marcantes da história do movimento trans em Portugal, tendo sido uma das ativistas pioneiras na luta contra a discriminação da qual foi vítima toda a sua vida. Nas suas entrevistas, blogs e partilhas, Lara descrevia como ainda era vítima de uma enorme discriminação não só social, mas também institucional, cultural e política.

Sempre incansável e corajosa lutadora, Lara, salientou ao longo da sua vida, a intersecção entre a transfobia e o machismo que torna as mulheres trans num grupo particularmente vulnerável e discriminado. *"Somos (mulheres trans) discriminadas diariamente e continuamente"*. A Lara deixou-nos no passado dia 9 de setembro após uma vida de luta, resistência e de ativismo.

Não aguentou a discriminação que ela própria combatia e denunciava, tornando-se mais uma vítima da sociedade transfóbica e opressiva para tantos e tantas transexuais. Devemos lembrar Lara para que estes não sejam os fins trágicos de quem não aguenta mais, mas também para lembrar o seu legado e o contributo incalculável que nos deixou. A Lara será inspiração para todas as mulheres, homens, transexuais, que lutaram, lutam e lutarão para que todos e todas possam viver com dignidade, direitos, respeito e segurança.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 27 de setembro de 2019, delibera:

1. Expressar o seu profundo pesar pela morte da mulher e ativista que foi Lara Crespo, e expressar aos seus familiares e amigos as mais sentidas condolências, fazendo um minuto de silêncio em sua homenagem."

6.1.2 – Pelos incêndios na Amazônia, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN).

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voto de Pesar pelos Incêndios na Amazônia

Fomos recentemente confrontados com notícias e imagens chocantes dos fogos de enormes dimensões na floresta Amazônica. Os dados de satélite da NASA revelam que este é o ano com mais incêndios na Amazônia desde 2010, sendo também os mais intensos, por irradiarem mais calor que em anos anteriores.

A região da floresta amazônica, a mais extensa do mundo e com a maior biodiversidade registada, teve em meados de agosto mais de 9.000 incêndios florestais sendo que desde janeiro deste ano já arderam mais de 44 mil quilómetros quadrados de floresta, com um aumento de 80% em relação ao ano anterior.

Os fogos florestais na Amazônia têm frequentemente origem humana, com o propósito de limpar a terra para a pecuária, agricultura e exploração madeireira. Doug Morton, cientista do Centro Espacial Goddard da NASA explica que *"quando se olha a partir do espaço, vemos que são as atividades económicas o motor dos incêndios. Estes incêndios acontecem em zonas de exploração recente e expansão da agricultura. Isto é um sinal económico, e não climático"*.

No seu discurso de abertura do Conselho de Direitos Humanos em Genebra, Michelle Bachelet, a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, manifestou a sua *"profunda preocupação"* pela drástica aceleração da desflorestação da Amazônia, que quase duplicou entre janeiro e agosto deste ano comparativamente com o período homólogo do ano anterior. A desflorestação acelerada da Amazônia representa uma catástrofe ambiental sem precedentes.

Os números ajudam a perceber a importância da Amazônia; é o lar de uma em cada dez espécies da Terra, ou seja, detém cerca de 10% de toda a biodiversidade do mundo; produz cerca de 20% de todo o oxigénio disponível e absorve à volta de 8% de todo o dióxido de carbono que é emitido para a atmosfera sendo tais factos suficientes para que nenhum país, instituição ou líder político possa manter-se à margem da necessidade de proteção deste bioma da floresta amazônica.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

12

A Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Ordinária de 27 e 30 de setembro de 2019, delibera expressar o seu pesar pelos incêndios que estão a devastar a Amazônia e a comprometer a sobrevivência das populações indígenas e de milhares de animais.”

6.1.3 – Pelo falecimento de Carlos Rodrigues, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voto de Pesar Pelo falecimento de Carlos Rodrigues

Faleceu no dia 19 do presente mês, Carlos Alberto Antunes Rodrigues, militante do CDS-PP, partido pelo qual exerceu a sua atividade político-partidária, iniciada no concelho de Almada, sendo atualmente Vice-Presidente da concelhia do CDS-PP Seixal, depois de ter mudado a sua residência para este concelho vizinho.

Carlos Alberto Antunes Rodrigues, fez parte dos órgãos concelhios do CDS-PP em Almada, tendo ingressado nas listas do CDS-PP em eleições autárquicas onde se destacou a sua candidatura à União de Freguesia de Charneca de Caparica/Sobreda, ao mesmo tempo que fazia parte da comissão de coordenação autárquica da mesma concelhia.

Militante dedicado ao seu partido e às causas públicas tinha sempre no seu horizonte a ajuda ao próximo, mas foi como bombeiro de 1ª nos Bombeiros Voluntários Lisbonenses, que exerceu o seu dever de cidadania ao mais alto nível, junto da comunidade, onde foi reconhecido e condecorado por diversas vezes, pelos serviços que prestou às populações enquanto soldado da paz.

Carlos Rodrigues será recordado como um amigo do seu amigo, bom colega e com uma alegria contagiante sempre pronto a confortar os outros e a ultrapassar as diversas adversidades da vida.

Deste modo, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 27 de setembro de 2019, delibera aprovar o presente voto de pesar, endereçando as mais sentidas condolências à família e aos amigos.”

6.1.4 – No debate usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU) e a Senhora Presidente da Câmara.

6.1.4.1 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes(CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para nos pronunciarmos sobre o voto de pesar sobre os incêndios na Amazônia que o PAN aqui nos traz. Iremos naturalmente votar a favor do texto proposto pelo PAN, mas queremos registar que o texto não integra um conjunto vasto de questões que entendemos decisivas, relativamente à matéria em discussão. As quais aliás, na moção apresentada pela CDU que irá se discutida a seguir, elas estão presentes. Partilhando da preocupação central expressa pelo PAN, nós naturalmente votaremos favoravelmente o Voto de pesar.”

6.1.4.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente dizer que já houve um voto de pesar pelo falecimento de Lara Crespo, portanto, quero dizer que a Câmara Municipal se solidariza com este voto de pesar. Queria só deixar esta nota e partilhar também a nossa preocupação com os incêndios na Amazônia, embora não façamos parte da votação e apresentar os nossos pêsames ao CDS-PP.”

6.1.5 - Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo sido todos aprovados por unanimidade.

6.1.6 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.2 – O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço (PS), para uma declaração política.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na passada segunda-feira, dia 23 de setembro, foi remetido aos Senhores Deputados Municipais o Relatório da Inspeção Geral de Finanças – Autoridade de Auditoria (IGF) da Ação de Controlo ao Município de Almada, no que respeita à Contratação Pública, no decorrer do triénio de 2014-2016.

O Partido Socialista, em absoluto respeito para com os órgãos municipais, propôs na reunião de representantes que ocorreu nesse mesmo dia, que fosse acrescentado um ponto à ordem de trabalhos desta Assembleia Municipal onde pudesse ser feita a apreciação do relatório da IGF da Ação de Controlo feita ao Município de Almada.

Afinal, a Assembleia Municipal é o órgão com competências de fiscalização do Município, atribuídas pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Esta proposta foi liminarmente recusada pela CDU, alegando falta de tempo em época de campanha eleitoral para a leitura do relatório, e como tal, não poderiam desta forma analisar o mesmo em tempo útil de ser discutido na sessão da Assembleia Municipal que decorre hoje e na próxima segunda-feira - ou seja, uma semana depois da receção deste relatório, pelo que não aceitaria a inclusão de um novo ponto na ordem de trabalhos, ou pelo menos, deste ponto na ordem de trabalhos nesta sessão da Assembleia.

Compreende-se. É que este relatório revela muito daquilo que são os bastidores da gestão autárquica da CDU no período em causa.

E já agora, só fazendo aqui um pequeno à parte, estamos a falar da coligação, que no dia imediatamente a seguir à vitória do Partido Socialista nesta Autarquia, afirmou, pela voz do então candidato derrotado, que, e passo a citar “há uma enorme preocupação sobre a grande impreparação que esta equipa do Partido Socialista revela em relação às responsabilidades de que vai ser investida” – fim de citação.

Porque é muito mais fácil andar por aí a dizer que tudo vai acabar, que não se faz nada, que o PS e este executivo está a destruir o trabalho de mais de 40 anos, que Almada está a viver um enorme retrocesso, e que, imagine-se, já nem se oferecem relógios de ouro aos trabalhadores que completam 25 anos de trabalho para o Município.

É de facto muito mais fácil dizer tudo isto do que analisar um relatório que diz que esses mesmos relógios eram adquiridos sem fundamento legal para o efeito, contra aquilo que são os princípios da prossecução do interesse público e da legalidade.

É muito mais simples criar uma outra qualquer distração, do que analisar um relatório que diz que mais de metade dos procedimentos por ajuste direto para aquisição de bens e serviços põem em causa os princípios da concorrência e da transparência.

Enquanto eleitos locais, temos a obrigação de cumprir o nosso dever, e neste caso, o dever de fiscalizar aquilo que é a ação da Câmara Municipal. E mais do que a vontade de um ou de outro partido, é obrigação de todos nós, eleitos nesta Assembleia Municipal, saber o que é que está a ser feito para corrigir as irregularidades apontadas neste relatório, algumas delas bastante graves, para que a gestão do dinheiro público seja feita de forma rigorosa, transparente e absolutamente dentro daquilo que é o quadro legal aplicável.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Para o Partido Socialista não existem temas assuntos tabu. O debate político obriga-nos a isso mesmo: a prestar contas a quem nos elegeu, a defender as nossas ideias, mas também a assumir as responsabilidades daquilo que é a nossa ação política. A política é feita de opções, e cada um de nós tem de assumir as que toma e as que tomou.

Todos nós temos a obrigação de preservar aquilo que é o poder local democrático. E todos nós, políticos, temos o dever de elevar a ação política debatendo todos os temas aos quais somos chamados a intervir: de forma elevada, séria, mas também de forma transparente e sem censuras.



Vivemos tempos de maior exigência no que respeita à transparência da gestão do dinheiro público. Com essa exigência, chega também o mediatismo, o julgamento em praça pública, os *sound bites* pouco fundamentados, das redes sociais, das partilhas de *fake news* e das mentiras que ditas muitas vezes quase se tornam verdade.

Mas não é nestes meios que o Partido Socialista quer debater este relatório. O Partido Socialista quer debater este relatório em sede própria, que neste caso, é este órgão: a Assembleia Municipal. Não será hoje este debate, porque a CDU não quis. Mas este debate irá acontecer.

O Partido Socialista solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a realização de um debate relativo à ação de controlo ao Município de Almada, ao abrigo do artigo 65º do Regimento da Assembleia Municipal de Almada. Iremos aguardar o seu agendamento, desejando que o mesmo seja feito com a maior brevidade possível.

Nesse momento, teremos todos nós a oportunidade de cumprir a nossa missão enquanto Deputados Municipais, ou seja, fiscalizar a ação da Câmara Municipal e dos seus responsáveis políticos, os atuais e os anteriores, e neste caso, encontrar os devidos responsáveis e, acima de tudo, apurar a verdade.”

6.3 – Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, usaram da palavra para apresentarem documentos para votação os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal João Quintino (PS), para apresentar a saudação “Requalificação do Parque Atlântico”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Saudação à Requalificação do Parque Atlântico

Inaugurado no passado mês de agosto, o novo Parque Desportivo Atlântico, veio dar resposta a uma reivindicação com mais de uma década por parte da população do Concelho de Almada, o fim do famigerado “largo das tábuas”.

No degradado “largo das tábuas”, nasceu um novo parque desportivo, para todas as idades, destinado a todos os Almadenses e a quem visita o nosso concelho. Esta obra naquela zona outrora desqualificada e deixada ao abandono durante anos a fio, vem agora dar uma nova dinâmica à frente urbana.

Esta intervenção é um investimento totalmente da CMA e veio conferir uma nova paisagem a este local, criando uma ligação harmoniosa entre a frente urbana e a praia.

Este novo parque de lazer e desporto é composto por:

- Um campo de futebol de praia
- Dois campos de voleibol de praia
- Um parque infantil
- Zona de fitness
- Zona verde composta por relva e árvores

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 27 e 30 de setembro de 2019, delibera:

- 1.Saudar a Câmara Municipal de Almada por este investimento na requalificação naquela zona da Costa de Caparica, bem como saudar todos os almadenses que reivindicavam a requalificação da mesma.

6.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) para apresentar o voto de saudação “1º encontro municipal de justiça, segurança e saúde animal”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voto de saudação ao 1º Encontro Municipal de Justiça, Segurança e Saúde Animal



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Nos dias 29 e 30 de junho de 2019, realizou-se em Almada o primeiro Encontro Municipal de Justiça, Segurança e Saúde Animal organizado pela Câmara Municipal, com o objetivo de *“envolver a sociedade civil e as entidades competentes na construção de soluções para que animais e humanos vivam em perfeita harmonia e respeito mútuo”*.

Este encontro contou com a presença de várias associações e grupos informais envolvidos na saúde e bem-estar animal do concelho, bem como juristas e agentes de forças de segurança que abordaram as questões legais desta temática e os problemas com os quais se confrontam diariamente. O encontro serviu ainda para dar a conhecer o projeto de implementação da Provedoria dos Animais de Almada que está a ser desenvolvido no município pelo médico veterinário, Dr. Nuno Paixão.

A realização deste Encontro demonstrou, por um lado, a disponibilidade do município em dar voz às associações de bem-estar animal do concelho e a todos aqueles para quem este assunto é importante e, por outro, todas as dificuldades que são enfrentadas diariamente por quem se dedica a esta causa bem como o longo caminho que é ainda necessário percorrer no que respeita a justiça, segurança e saúde animal em Almada.

A concretização de eventos futuros sobre esta temática e a implementação da Provedoria dos Animais de Almada, são instrumentos que permitem um melhor diagnóstico das necessidades reais do concelho em matéria de bem-estar animal e uma aproximação da sociedade civil aos órgãos municipais, conduzindo, portanto, à realização de políticas de proteção e bem-estar animal mais informadas e que vão de encontro às necessidades do município.

Não obstante, importa sublinhar ser pertinente que estes eventos sejam seguidos da efetiva implementação de medidas que permitam a monitorização e correção dos problemas que se consensualizem entre os participantes, fim último de qualquer encontro desta natureza, razão mais forte da sua existência.

A Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Ordinária de 27 e 30 de setembro de 2019, delibera saudar a realização do 1º Encontro Municipal de Justiça, Segurança e Saúde Animal em Almada.

6.3.3 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Silva (CDU), para apresentar a moção/deliberação “preservar o ambiente e a natureza, prevenir as alterações climáticas”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Moção/Deliberação - Preservar o ambiente e a natureza, prevenir as alterações climáticas

As causas que estão na origem da degradação do ambiente exigem respostas prontas e decididas para as inverter.

A destruição da floresta, a poluição hídrica e atmosférica, a agricultura intensiva, principais causas da degradação do ambiente, são consequência do modo de produção capitalista que conduz à exploração abusiva dos recursos para além das necessidades dos seres humanos, à sobreprodução e ao desperdício.

É sentimento geral a necessidade de adotar medidas no sentido da proteção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico. Mesmo reconhecendo-se que são múltiplos os fatores, objetivos e subjetivos, que influenciam as condições climáticas e que estão na origem das suas alterações, os que têm origem na relação com a natureza e os seus recursos têm um peso não desprezível.

Enfrentá-los exige a adoção de políticas sérias e consistentes, a mobilização de recursos, a ampliação da consciência dos problemas e das causas que os promovem.

Os alarmismos em torno das alterações climáticas só servem os interesses dos negócios em nome do ambiente e podem servir como justificação para a criação de novas taxas e impostos ditos verdes que penalizam comportamentos individuais das camadas mais pobres, ou para acentuar a implementação de mecanismos financeiros e especulativos, como o mercado do carbono, que tornam a poluição um negócio de muitos milhões em que é mais barato poluir do que investir em tecnologia para reduzir as emissões para atmosfera.



Em Portugal, ao longo dos anos depois do 25 de Abril de 1974, o Poder Local Democrático tem desenvolvido um esforço notável na implementação de políticas públicas defensoras do ambiente:

- O abastecimento de água às populações e a defesa da água como um bem público;
- A implementação do saneamento básico com redes de recolha e tratamento de efluentes;
- Uma política de higiene urbana com recolha e tratamento de resíduos sólidos;
- O desenvolvimento de uma política de ordenamento do território, com a ocupação do solo e gestão do espaço público, implementando e salvaguardando zonas e espaços verdes e de lazer.
- E ainda, mais recentemente, a participação na redução tarifária dos transportes públicos, a medida de maior impacto no plano das condições ambientais, designadamente pela contribuição que pode dar para uma redução significativa do transporte individual e do volume de emissões que dele decorre.

É compreensível que no plano local a resposta que pode e deve ser dada é apenas uma pequena parcela da ação mais geral que a dimensão e premência de um problema com escala planetária reclama. Mas ainda que reconhecendo a contribuição limitada é nosso dever corresponder ao carácter emergente que a dimensão e a urgência da questão, nas suas multifacetadas expressões, assume.

A proteção da natureza, do equilíbrio ambiental e ecológico com o que contribuem também para alterações de clima que urge prevenir, exigem, mais do que enunciados proclamatórios, dramatizações e a disseminação de medos baseados em cenários catastrofistas, a adoção de medidas, o reforço de meios e uma intervenção mais empenhada e determinada pelo interesse público, por parte do governo e das autarquias.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 27 de setembro de 2019, delibera:

1. Exigir a adoção de medidas de reforço dos meios do Estado para desenvolver uma verdadeira política de defesa da natureza, colocando a riqueza natural do país ao serviço do povo e do desenvolvimento nacional, incluindo: o desenvolvimento de alternativas energéticas de domínio público; o reforço do investimento no transporte público no sentido da sua gratuidade, e alargamento da sua oferta em detrimento do transporte individual; o investimento na investigação e desenvolvimento com vista à diminuição da dependência de combustíveis fósseis; a defesa da produção local.
2. Exigir igualmente o reforço dos meios financeiros das autarquias para poderem prosseguir e melhorar a sua intervenção nas questões ambientais, no quadro das suas competências.
3. Instar o Município de Almada a prosseguir e a intensificar as ações, medidas e projetos que no quadro geral de um programa de proteção dos valores ambientais e de promoção dos recursos ecológicos e naturais contribua para prevenir causas que estão na origem de alterações climáticas.

6.3.4 – A Senhora Deputada Municipal Ana Salvado (PS), para apresentar o voto de saudação “pelo projeto habitacional de Almada Poente e programa 1º direito”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voto de Saudação pelo projeto habitacional de Almada Poente e Programa 1º Direito

No passado dia 19 de julho, a Câmara Municipal de Almada e o Instituto para a Habitação e Reabilitação Urbana assinaram um protocolo que materializa o início de um processo que simboliza um verdadeiro virar de página na história da política de habitação em Almada.

Neste dia, o Projeto Habitacional de Almada Poente (PHAP), previsto para os terrenos localizados no Plano Integrado de Almada (PIA), na freguesia da Caparica foi apresentado no âmbito da Nova Geração de Políticas de Habitação, promovida pelo atual Governo.

O objetivo deste projeto urbanístico é bem expressivo do que está em causa: a aprovação de 3500 novas habitações que irão proporcionar a cerca de 9 mil pessoas um direito consagrado na Constituição. Para a primeira fase do Projeto estão previstos 125 milhões de euros.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Este acontecimento formal foi antecedido de um longo trabalho promovido pelos serviços da CMA, que se consubstancia na Estratégia Local de Habitação de Almada, estratégia essa que assume três objetivos estratégicos:

- Melhorar a coesão social e territorial;
- Aumentar a competitividade;
- Melhorar a qualidade do território.

Integrada nessa estratégia, e para além da criação de novos fogos, prevê-se ainda:

- Prioridade para a reabilitação do parque habitacional municipal, com mais de 2300 fogos, quase 20% dos quais a necessitar de obras urgentes e muito urgentes;
- A gestão eficaz, rigorosa e criteriosa das habitações municipais, com a criação do Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitação;

Associado ao Programa 1.º Direito, estão também a resolução da situação dos residentes nos seguintes núcleos:

- 2.º Torrão, Trafaria (cerca de 400 agregados familiares);
- Terras do Lelo e Abreu, Terras da Costa, Costa da Caparica (cerca de 50 famílias);
- 1.º Torrão, Trafaria (cerca de 50 famílias);
- Traseiras da Escola da Trafaria (10 agregados familiares);

A definição destes objetivos, e do seu faseamento de acordo com o protocolado, implicou um trabalho de campo muito exigente por parte dos serviços competentes da Câmara Municipal mas que era condição sine qua non para que o município de Almada viesse a beneficiar destes novos instrumentos que consubstanciam uma Nova Geração de Políticas de Habitação e que visam resolver de forma planeada e concertada, problemas que se avolumaram nas últimas duas décadas no nosso território e que implicam com direitos essenciais - a falta de condições dignas de habitação.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 27 de setembro de 2019, delibera saudar o Governo e a Câmara Municipal de Almada pelo lançamento do Projeto Habitacional de Almada Poente e pela mobilização que imprimiu através do seu executivo e dos serviços competentes para que este Projeto seja uma parte da concretização de uma nova Estratégia Local de Habitação em Almada.

6.3.5 – O Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins (PS), para apresentar o voto de saudação “à surfista Mafalda Lopes”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voto de Saudação à surfista Mafalda Lopes

Mafalda Lopes sagrou-se campeã europeia de surf no escalão de juniores, numa etapa realizada no dia 15 de setembro, na Ribeira Grande, São Miguel, Açores, onde conseguiu também o apuramento para o Mundial da categoria.

Depois de Teresa Bonvalot, em 2016 e 2017, este foi o terceiro título conquistado pelo nosso país, nesta categoria, em quatro anos.

A jovem caparicana, que representa a Associação de Surf da Costa de Caparica, tem evoluído nesta modalidade ao mesmo tempo que acumula prémios e distinções, dos quais são exemplos as vitórias no Campeonato Europeu de Sub-18, no Campeonato Nacional Esperanças (conquistado por 4 vezes), na Taça de Portugal Feminina Júnior em 2018, no campeonato regional da Grande Lisboa (conquistado por 4 vezes), bem como o reconhecimento enquanto melhor atleta Júnior no Circuito Nacional Liga MEO ou as sucessivas prestações Seleção Nacional, que muito têm prestigiado o nosso país.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

11

Ao juntar o título da Pro Junior da World Surf League ao seu palmarés, conseguiu não só um dos títulos mais difíceis na carreira de surfista como colocou o seu nome no topo do surf europeu.

Estas consecutivas vitórias também são a demonstração de sucesso da aposta que a Junta de Freguesia da Costa de Caparica tem feito ao longo dos últimos anos na formação de atletas.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 27 setembro de 2019, presta homenagem à já brilhante carreira desta atleta, à Associação de Surf da Costa Caparica, pelo seu excelente trabalho na área da formação e a todos os que tornaram possível este título que engrandece a Costa da Caparica e todo o concelho de Almada.

6.3.6 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Margarido (PS), para apresentar o voto de saudação “pela expansão da Escola Carlos Gargaté”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voto de Saudação pela expansão da Escola Carlos Gargaté

No passado dia 31 de julho foi assinado o Acordo de Colaboração tendo em vista a execução, em 2020, das obras necessárias para que esta escola da Charneca de Caparica possa ser expandida, permitindo que acolha também o Ensino Secundário.

Esta será uma intervenção que visa dar resposta à deficiente oferta educativa ao nível do Ensino Secundário nesta freguesia, uma das que apresenta um dos maiores crescimentos populacionais do país.

Há muito que alunos e famílias reclamavam, de forma absolutamente justa, uma resposta que ajudasse à resolução deste problema, mas tal só foi possível com a conjugação de esforços entre o Governo, a Câmara Municipal, a União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda e o Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté que, contrariando o mantra até à exaustão repetido pelos anteriores executivos autárquicos – que essa era uma responsabilidade única e exclusiva do estado central – coordenaram esforços para fazer aquilo que realmente importa: dar aos jovens e às famílias desta freguesia uma resposta educativa adequada às suas necessidades.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 27 de setembro de 2019, delibera saudar o Governo, a Câmara Municipal de Almada, a União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda e o Agrupamento de Escolas Carlos Gargaté pela assinatura deste protocolo de ampliação da Escola que permitirá, finalmente, resolver um dos maiores problemas daquele território.

6.3.7 – A Senhora Deputada Municipal Débora Rodrigues (PS), para apresentar o voto de saudação “ao 40º aniversário do Serviço Nacional de Saúde”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Voto de Saudação ao 40º Aniversário do Serviço Nacional de Saúde

Em 2019 assinala-se o quadragésimo aniversário da criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), uma das maiores e mais importantes conquistas do pós-25 de abril.

Sob proposta do Partido Socialista, e ainda que com a abstenção, na generalidade, e com os votos contra, na especialidade, do PSD e do CDS, foi aprovada e publicada a Lei n.º 56/79, de 15 de setembro, que concretizou o direito à saúde previsto no artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa.

Esta foi uma vitória da democracia, a qual não teria sido possível sem o papel decisivo de António Arnaut, que enquanto Ministro dos Assuntos Sociais, com as pastas da Saúde e da Segurança Social, foi o principal impulsionador da medida.

Em 1979 foi, assim, assumido o compromisso de que o Estado garante o acesso a cuidados de saúde a todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica e social, através de um SNS universal e tendencialmente gratuito, que assegure a proteção da saúde individual e coletiva.

O SNS mudou drasticamente a vida dos portugueses, sobretudo dos mais pobres e desfavorecidos, cujo acesso a uma “simples” consulta médica era até então uma realidade distante, tendo contribuído decisivamente para



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

a redução das desigualdades, para o aumento da esperança média de vida e para a melhoria na qualidade de vida dos portugueses, colocando Portugal, ao longo dos anos, ao nível (ou acima, em muitos aspetos) do resto da Europa.

Se hoje Portugal tem, por exemplo, uma das mais baixas taxas de mortalidade infantil do mundo, segundo os últimos dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde no passado dia 19 de setembro, deve-o ao SNS.

As exigências atuais são diferentes das que existiam em 1979, mas não pode descurar-se as necessidades crescentes de melhoria da qualidade do SNS e a importância de investimento público na área da saúde, reforçando e modernizando os serviços.

Pelo exposto, o Partido Socialista terá sempre como prioridade a valorização do SNS, o que justifica, por exemplo, que nos últimos quatro anos, com o atual Governo, a despesa em saúde tenha subido de 8 mil e oitocentos milhões de euros para 10 mil e seiscentos milhões de euros.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 27 de setembro de 2019, delibera saudar os 40 anos do Serviço Nacional de Saúde, realçando naturalmente o papel que António Arnaut teve na sua criação.

6.4 - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Gerales (CDU), Marina Lopes (PSD), António Pedro Maco (CDS-PP), Artur Alfama (PAN), Ivan Gonçalves (PS), José Rocha (BE) e a Senhora Presidente da Câmara.

6.4.1 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O não agendamento do debate sobre o Relatório da IGF, é uma decisão da Conferência de Representantes, aliás, reiterada pelo próprio Senhor Presidente desta Assembleia Municipal, em email que seguramente é do conhecimento de todos os Senhores/as Deputados/as Municipais. O não agendamento deste ponto nesta Sessão, decorre da vontade da CDU, é verdade, mas o cumprimento do Regimento e das Leis da República, decorrem da responsabilidade de todos nós. Em momento próprio e adequado, discutiremos com toda a abertura o conteúdo do relatório da IGF.”

6.4.2 – A Senhora Deputada Municipal Marina Lopes (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Votaremos a favor da saudação do PS, relativamente à requalificação do Parque Atlântico.

Votaremos igualmente a favor do voto de saudação do PAN sobre o 1º Encontro Municipal de Justiça, Segurança e Saúde Animal.

Votaremos a favor da moção da CDU, relativa à Preservação do Ambiente e Natureza.

Votaremos também a favor da saudação do PS, ao Projeto Habitacional de Almada Poente e Programa 1º Direito, bem como os votos de saudação à Surfista Mafalda Lopes e pela expansão da Escola Carlos Gargaté.

No que se refere à moção do PS, acerca do 40º Aniversário do Serviço Nacional de Saúde, votaremos a favor a parte deliberativa, mas declaramos não nos revermos nos considerandos apresentados.

Aliás, parece-nos mau gosto as afirmações do Partido Socialista, nesta proposta sobre a aprovação da Lei 56/79, em que o PSD se absteve e o CDS-PP votou contra. Mais, esqueceram-se de dizer que quem começou a implementar esta Lei, foi precisamente um Governo do PSD, presidido por Francisco Sá Carneiro, a quem alguns anos mais tarde viria a construir o verdadeiro Serviço Nacional de Saúde, como hoje o conhecemos. Seria também em Governos do PSD, presididos por Aníbal Cavaco Silva, que fez aprovar uma nova Lei de Bases da Saúde, em 1990. Nos dias de hoje, parece-nos que o PS carece de autoridade para falar na área da saúde, já que tem vindo a pôr em causa, grande parte do Serviço Nacional de Saúde, apesar de afirmar que tem investido mais na saúde, o que se tem vindo a verificar e de forma preocupante, é a degradação deste serviço. Faltam



medicamentos, as listas de espera para consultas e para cirurgias não param de aumentar, as dívidas aumentaram substancialmente, e até hoje estamos no final de setembro de 2019, e ainda não emitiram o Relatório do Serviço Nacional de Saúde, referente ao ano de 2018. Esperando talvez, divulgá-lo, depois das eleições de 6 de outubro. Por tudo isto, se regista que o Serviço Nacional de Saúde está pior do que em 2015, nos tempos de intervenção da TROIKA.

Finalmente solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que ponha à votação em separado os considerandos da parte deliberativa.”

6.4.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dar indicação que o CDS-PP irá votar favoravelmente todos os documentos aqui em apreciação, e indicar também que apresentará, relativamente ao voto de saudação do 40º aniversário do Serviço Nacional de Saúde e Preservar o Ambiente e a Natureza Prevenir as Alterações Climáticas, iremos depois enviar um esclarecimento mais aprofundado através de uma Declaração de Voto.”

6.4.4 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Para dar conta do sentido de voto da CDU a alguns documentos, não vou referir todos os documentos que estão em discussão, só apenas alguns.

Relativamente ao documento nº 2, saudação sobre a requalificação do Parque Atlântico, apresentada pelo Partido Socialista, relativamente a este texto, queríamos fazer uma pergunta ao Partido Socialista, que tem a ver com, se o investimento que refere no texto é efetivamente um investimento totalmente assumido pela Câmara Municipal, ou se terá alguma participação com outra origem? Registamos igualmente e relativamente ao 2º parágrafo do texto, que a obra realizada é uma obra interessante, que qualifica o espaço público, mas não podemos deixar de reafirmar, que aquele espaço foi construído e gerido no âmbito da intervenção da CostaPolis, e que não foi por desleixo ou desinteresse do Município de Almada, que entrou em estado de degradação. E que essa situação não foi resolvida há muito mais tempo do que agora.

Relativamente ao documento nº 7, saudação pelo Projeto Habitacional Almada Poente e Programa 1º Direito, igualmente apresentado pelo Partido Socialista. Sobre este texto, queremos referir que a procura de resposta ao problema da habitação no Concelho de Almada, é uma reivindicação de sempre da CDU. Consideramos que há neste texto um otimismo exagerado, sobretudo no que respeita à concretização dos investimentos no futuro, os quais na realidade não sabemos como serão concretizados efetivamente, otimismo que aconselharia a prudência, deveria ser refreado. Infelizmente, no texto que nos é proposto pelo Partido Socialista, não releva o intenso trabalho desenvolvido na Assembleia da República ao longo da atual legislatura, o qual refletindo a correlação de forças que se estabeleceu naquele órgão de soberania na sequência das eleições de 2015, permitiu que fosse dado um passo de grande importância e significado para o futuro neste domínio, traduzido na aprovação da primeira Lei de Bases da Habitação em Portugal. Nesta perspetiva não inviabilizaremos a proposta, mas vamos abstermo-nos na sua votação.

Relativamente ao documento nº 9, saudação pela expansão da escola Carlos Gargaté, ainda do Partido Socialista, a CDU entende que a solução encontrada e refletida no protocolo de acordo que aqui é saudado, deve ser considerada uma solução transitória. Neste quadro sublinhamos e desejamos que o protocolo agora celebrado, não ponha em causa a concretização da solução definitiva e desde sempre reivindicada pelas populações que é a construção de uma Escola Secundária na Charneca de Caparica, mas de raiz. Face a esta realidade e porque consideramos que o alargamento da Escola Carlos Gargaté agora acordado, não responde plenamente às necessidades das populações da Charneca de Caparica, a CDU irá também abster-se na votação desta proposta.

Relativamente ao documento nº 10, saudação ao 40º aniversário do Serviço Nacional de Saúde, ainda apresentado pelo Partido Socialista, queremos reiterar aqui o pedido que já foi feito pelo PSD de votação separada do conjunto dos considerandos e da parte deliberativa, porque consideramos que o texto proposto



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

nos considerandos que refere o Partido Socialista como tendo sido o único partido que participou na criação e dinamização do Serviço Nacional de Saúde, é uma posição que revela um enorme sectarismo político no qual obviamente a CDU não pode rever-se. A defesa e a luta por um Serviço Nacional de Saúde, universal, para todos os portugueses e portuguesas, conquista do 25 de Abril de 1974, e consagrada na Constituição da República Portuguesa consagrada em 1976, foi sempre uma luta abrangente, que fica muito longe de se esgotar nos contributos que o Partido Socialista deu a este processo. Por outro lado, não existe no texto proposto quaisquer referências de valorização do trabalho intenso, amplo e uma vez mais abrangente realizado na Assembleia da República durante a atual legislatura, no sentido da construção e aprovação de uma nova Lei de Bases da Saúde como veio a verificar-se.

Por estas razões, a CDU irá abster-se na votação dos considerandos, e votará favoravelmente a saudação ao Serviço Nacional de Saúde na parte resolutiva.”

6.4.5 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Para referir o nosso sentido de voto que é favorável a todas as propostas.

Gostaríamos em relação à moção sobre as Alterações Climáticas apresentada pela CDU, de solicitar se possível, que fosse votada em separado a parte deliberativa da parte expositiva e em relação à parte expositiva justificar o porquê.

Para já elogiar a intenção e reconhecimento da importância do tema e nessa parte deliberativa obviamente terá o nosso voto favorável. Por outro lado, na parte expositiva, deixamos a nossa crítica por várias expressões infelizes ao longo desta componente que conferem ao documento uma estranha bipolaridade.

Passando a citar: - Alarmismo em torno das alterações climáticas

Acham exageradas as preocupações manifestadas por toda a comunidade científica independente mundial?

Acham que os efeitos visíveis em diversas partes do globo terrestre são desprezíveis? Têm noção dos efeitos que os cientistas apontam para o nosso território e a urgência de serem tomadas medidas que mitiguem os riscos? Estão conscientes de que só por mero acaso o nosso concelho não foi violentamente atingido por um furacão no passado outono e que este tipo de fenómenos, graças ao aumento da temperatura superficial dos oceanos tende a tornar-se mais frequente e violento? Têm noção de que, neste momento, os efeitos das alterações climáticas são já irreversíveis e que apenas poderemos mitigar as consequências futuras? Têm noção do que se passa no ártico e da imprevisibilidade dos efeitos do aquecimento global no pergelissolo com a libertação para a atmosfera de toneladas de metano, gás com efeito estufa 21 vezes mais poderoso que o CO₂? Têm noção da presente e irreversível destruição de ecossistemas resultante da ação humana sobre a natureza na sua fúria predatória e antropocêntrica e do flagelo que constitui já o fenómeno social dos refugiados climáticos? Podia continuar... 680 milhões de pessoas afetadas

Se a isto chamam alarmismo, o que será necessário para a CDU considerar que a situação é alarmante? Cito “negócios em nome do ambiente”: Bolsonaro ou Trump não diriam melhor.

Que a CDU pouco se importa com os impactos dos negócios da indústria agropecuária no ambiente, já nós sabíamos. Mas é novidade que também se manifeste pela defesa na manutenção de uma economia plenamente carbonizada.

Acham razoável o impacto da indústria agropecuária no ambiente? Das colossais quantidades de metano emitidas para a atmosfera? Do dramático efeito da produção pecuária intensiva nos nossos recursos hídricos? Negócios em nome do ambiente? Quantos bovinicultores terão de fechar as portas à CDU, quantos produtores de cogumelos terão de vos receber para entenderem a insustentabilidade dos negócios que teimam em defender, subsídio-dependentes numa inqualificável distorção da concorrência, numa ditatorial imposição de padrões de consumo aos portugueses com uso de ferramentas protecionistas sobre sectores económicos privilegiados e intocáveis?



Cito ainda “dramatizações e a disseminação de medos baseados em cenários catastrofistas”

Consideram que o ponto de não retorno é uma obra de ficção, um delírio da comunidade científica internacional? Em que mundo ou época vive quem escreveu este texto? A quem quer a CDU agradar? Aos superiores interesses das pessoas e da natureza ou a lobbies económicos que vivem atualmente num absoluto desespero perante uma derrota iminente e inevitável? Felizmente, a parte deliberativa que é aquela que induz a ação parece ter tido redator diferente e, com exclusão dos habituais tiques antropocêntricos de subjugação da natureza aos intentos humanos, consideramos válida a sua redação com a reserva de apelarmos futuramente à consciência individual de cada eleito da CDU e da forma como se revê em considerações absolutamente anacrónicas como as que constam na componente expositiva do documento que iremos votar.”

6.4.6 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para dar uma curta nota sobre algumas das moções que temos hoje aqui para apreciação. É verdade que uma das boas características que alguns dos partidos têm, nomeadamente, a Coligação CDU, é serem bons na reivindicação, aliás, foi dito e eu registei aqui, que esta questão da habitação é uma reivindicação de sempre da CDU, não o nego. A diferença é aquilo que nós queremos ressaltar, é que interessa aos decisores políticos não apenas serem bons a reivindicar, mas que no nosso entender quem exerce o poder executivo como é o caso do Partido Socialista, neste caso em Almada e como foi o caso da CDU durante mais quarenta anos em Almada, tem obrigação não é apenas de reivindicar, mas é também de fazer. Portanto, é isso que é ressaltado nas moções que foram aqui apresentadas, nomeadamente, não só na questão do Parque Atlântico, não só na construção do Serviço Nacional de Saúde, do qual como é obvio, os vários Governos que foram desempenhando funções ao longo destas mais de quatro décadas de democracia tiveram também um papel, uns mais em prol da saúde pública, outros mais em prol da saúde privada, mas que todos desempenharam também um papel. Agora, não negando que foi o Partido Socialista que teve o papel fundamental para que mesmo os partidos mais céticos num primeiro momento pudessem, hoje em dia, entender o Serviço Nacional de Saúde como uma conquista de todos, e para que o Serviço Nacional de Saúde em Portugal, seja hoje dos melhores que temos no mundo. Podemos dizer, não é perfeito, tem dificuldades. E, aliás, quanto mais subir a esperança média de vida, quanto mais o tempo passar, provavelmente mais dificuldades teremos, quanto mais dinheiro for investido na saúde, isso não significará necessariamente que os problemas sejam todos resolvidos, é verdade. Mas, há um esforço que tem vindo a ser feito, e há um facto que é inegável, é que foi o Partido Socialista, o Partido da democracia Portuguesa que mais contribuiu para a existência do Serviço Nacional de Saúde.

É obvio e sobre a questão da habitação, o trabalho que foi feito na Assembleia é um facto, aliás, sou um dos subscritores, se me permitem a imodéstia, da primeira Lei de Bases da Habitação, mas também sei que essa Lei existe fundamentalmente e foi apresentada pelo Partido Socialista a primeira proposta, e existe fundamentalmente porque existiu uma Deputada ao longo desta Legislatura, a Senhora Deputada Helena Roseta, que teve também um papel fundamental para que esta Lei fosse criada com a aprovação de vários partidos desta Assembleia. Agora, o que não podemos, é dizer, que tudo o que é bom (nós não fazemos isso) tudo o que é bom é responsabilidade nossa, aquilo que é menos bom, não é responsabilidade nossa e nós limitamo-nos a reivindicar. Não é essa a postura do Partido Socialista tem. É verdade que em certos momentos é preciso reivindicar, mas também é verdade que em certos momentos é preciso ter a audácia de fazer. E é isso que também está a ser feito por exemplo, na ampliação da Escola Carlos Gargaté. Finalmente a Charneca de Caparica vai poder ter uma Escola Secundária, porque aqui em Almada nós deixamos de ter aquele discurso de que essa era uma responsabilidade do Estado Central. É uma responsabilidade do Estado Central, mas também é dever das Autarquias Locais fazerem alguma coisa para que as necessidades das populações sejam satisfeitas.”

6.4.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Penso que me foi colocada uma questão indireta pelo Senhor Deputado Municipal João Gerales, e se me permitem aproveito muito rapidamente para prestar alguns esclarecimentos relativamente às várias moções, daquilo que tem sido o trabalho da Câmara Municipal.

Relativamente à requalificação do Parque Atlântico e nós vamos ter um ponto a seguir, na nossa ordem de trabalhos, relativamente ao Protocolo com o Fundo Ambiental, não tenho nenhuma dificuldade em esclarecer que a iniciativa inicial e por enquanto todo o investimento foi do Município. Dito isto, temos em cima da mesa um protocolo que iremos debater mais tarde com o Fundo Ambiental, que decorre das negociações algo difíceis, que eram feitas em função do novo Plano de Ordenamento da Orla Costeira, do novo POC-ACE – Programa da Orla Costeira de Alcobaça-Cabo Espichel, que é bem conhecido dos Senhores/as Deputados/as Municipais, que vem determinar novas regras, alguns casos penalizadoras, mas porque estamos conscientes do perigo e das alterações climáticas e da subida do mar, como eu já aqui referi, e foi feito um Acordo com a Fundo Ambiental, de uma contrapartida financeira relativamente à mudança de estatuto de alguns dos terrenos. Algum desse investimento, o Fundo Ambiental só comparticipa as despesas já realizadas e mediante comprovativos. E o que está em cima da mesa e que nós vamos debater e estou a adiantar-me um bocadinho, é isso mesmo. Portanto, parte da obra de requalificação do Parque Atlântico será apresentado ao Fundo Ambiental, assim que pudermos selar o protocolo. Portanto, a resposta é clara, por enquanto o investimento é 100% do Município, aliás, o início dos trabalhos foi do Município, porque senão não estaria concluído. Como sabem estas obras demoram a lançar. Foi graças às obras de requalificação que lançamos em todo o Concelho, mas sobre isso também na Atividade Municipal falaremos. Neste momento em função daquilo que é o Acordo que eu espero que venha a ser aprovado nesta Assembleia Municipal com o Fundo Ambiental, parte desse investimento poderá ser ressarcido pelos montantes acordados com o Fundo Ambiental ainda este ano, e isso permite-nos depois ter uma margem para outros investimentos a fazer.

Realmente há aqui uma questão, optamos por avançar, e obviamente o Fundo Ambiental está a par disso mesmo, porque o montante acordado é para a requalificação exclusiva daquela frente marítima, portanto, sempre foi acompanhado, se pudermos ser ressarcidos de parte do investimento, ainda bem e continuar a requalificação dessa zona.

Relativamente à questão das moções do ambiente, eu não vou comentar obviamente nem a moção nem os considerandos. Quero só relembrar aquilo que o Governo e que a Câmara Municipal acompanha, a importância do roteiro para a neutralidade carbónica, em que Portugal foi o primeiro a comprometer-se a ser neutro em carbono até 2050, e isso está na base de todas as nossas preocupações de requalificação do espaço público.

A importância da reforma dos transportes, obviamente não é um mérito só da Câmara Municipal de Almada, mas é um mérito de todos os Municípios da Área Metropolitana de Lisboa e que foram o grande avanço de facto, para a descarbonização e que representam e ainda agora foi introduzido o passe família e que representam também do ponto de vista social um extraordinário acréscimo de margem para muitas famílias, que nalguns casos chegam a poupar 300 euros graças ao passe de família para além dos outros.

Quero relembrar a Semana da Mobilidade que decorreu na última semana aqui; quero relembrar o que nós ainda ontem estivemos a assistir à apresentação de outros projetos como Eco Valor, Eco Praias juntamente com a AMARSUL; quero relembrar todos os projetos que temos em curso ao nível da salubridade. Portanto quero deixar aqui só uma nota do empenhamento do Município nesta questão das alterações climáticas da descarbonização, de uma mobilidade mais sustentável e aqui também não basta proclamar, não basta reclamar, é preciso criar medidas concretas para que seja possível.

Penso que sobre as outras moções não há assim informações de relevo, agradecer só, de facto, as saudações ao trabalho feito pelo o Município, em nome do Executivo, mas também em nome de todos os trabalhadores, que são eles que tornam possível todo este trabalho que está a ser concluído.”

6.4.8 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas uma breve intervenção para dar nota do nosso sentido de voto em relação a estes documentos.



Apenas duas notas em relação ao voto de saudação do “40º Aniversário do Serviço Nacional de Saúde” e da moção/deliberação apresentada pela CDU, “Preservar o Ambiente e a Natureza Prevenir as Alterações Climáticas. Caso seja aceite pelos partidos a separação na votação dos considerandos e da parte deliberativa, o Bloco de Esquerda irá abster-se em ambas as partes dos considerandos e votar favoravelmente as partes deliberativas. Os outros documentos iremos votar favoravelmente.”

6.4.9 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero só também acrescentar relativamente ao voto de saudação do 1º Encontro Municipal de Justiça, Segurança e Saúde Animal, que de facto também foi com agrado que participamos nesse encontro e que esperamos já no início de outubro dar seguimento aquilo que foi lá apresentado e debatido, levando à Reunião de Câmara uma proposta concreta.”

6.4.10 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para três detalhes muito rápidos. O primeiro agradecer a Senhora Presidente da Câmara Municipal, a resposta que nos deu, a pergunta foi dirigida ao Partido Socialista, mas a Senhora Presidente respondeu. Mas então o Partido Socialista enganou-se no texto, esqueceu-se do “por enquanto”, porque o que diz o texto do partido Socialista é que esta intervenção é um investimento totalmente da Câmara Municipal de Almada. Esqueceu-se do “no entanto”, esqueceu-se do “para já” mas é um detalhe que não altera.

A segunda nota tem a ver com a questão da habitação, relembrar aqui e aliás, o próprio texto do Partido Socialista fala disso, que o Partido Socialista está a desenvolver este trabalho em função das novas políticas de habitação, novas políticas de habitação. É só esse detalhe.

Terceira nota, relativamente à moção que a CDU aqui apresentou, sobre as alterações climáticas. Eu queria aqui relembrar que, mantendo-se a atual forma de produção, falar de ecologia será falar de jardinagem. Quem o disse foi há muitos anos Chico Mendes, que fez esta afirmação. E ou alteramos decisivamente a nossa forma de estar e a nossa forma de produzir, ou então continuaremos a ter estes problemas. É esta a questão tão simples.”

6.4.11 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só mais uma nota, até porque nos esquecemos de fazer aqui referência a esta moção, e de facto, o Partido Socialista não acompanha alguns dos considerandos que são feitos nesta moção a propósito de preservar o ambiente e a natureza e desde logo porque e parafraseando aquilo que a CDU já esta noite aqui disse, não integra algumas daquelas que são as questões para nós relevantes. Por exemplo não há ponto nenhum em que faça referência à intervenção humana que é hoje comprovada nas alterações climáticas. Obviamente, nós também sabemos quem é que tem a tese de que, as alterações climáticas são provocadas por causas naturais e que não são provocadas por intervenção humana, já aqui foi dito, Trump e Bolsonaro ficariam orgulhosos de algumas das coisas que aqui são referidas neste texto. Porque se de facto, nós reconhecemos que são múltiplos os fatores objetivos e subjetivos que influenciam as condições climáticas, são. Só que são em percentagens absolutamente diferentes e de facto, hoje sabemos, cientificamente está comprovado, que existe uma influência demasiado grande naquilo que são alterações climáticas que vamos todos sofrendo e que infelizmente os mais pobres cidadãos do nosso mundo vão sofrendo de uma forma muito mais agravada do que nós sofremos em Portugal. E, portanto, ser de Esquerda é também ou é fundamentalmente estar do lado daqueles que mais precisam, do lado daqueles que precisam da proteção dos Estados e é também e neste caso, estar próximo daqueles milhões de pessoas que, um pouco por todo o mundo, vão sofrer em virtude destas mesmas alterações climáticas, que são em muito causadas pelo nosso modelo de desenvolvimento. Assim como nos parece que classificar de alarmismo aquilo que é dito ou feito, por alguns intervenientes e dizer que só servem os interesses dos negócios, que esse alarmismo só serve os interesses dos negócios, quando nós sabemos que o nosso mundo enfrenta, está à beira de enfrentar uma das maiores calamidades de que existe



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

memória pelo menos na história do homem. Classificar tudo isto como alarmismo, sabendo nós que estamos próximos de atingirmos o ponto de não retorno no que diz respeito às alterações climáticas, parece-me que é de uma enorme responsabilidade.

E, portanto, nós não acompanhamos este tipo de pensamento e votaremos naturalmente contra os considerandos desta moção, votaremos favoravelmente o ponto deliberativo, porque de facto, são coisas que a nós nos parecem até algo inócuas, proclamativas, como é aliás hábito, mas do ponto de vista prático, entendemos que há muito para ser feito e que ainda vamos a tempo também de fazer muito mais para que o nosso planeta, e nós, possamos ter um futuro mais sustentável.”

6.5 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.5.1 – A saudação “requalificação do Parque Atlântico” foi aprovada por unanimidade;

6.5.2 – O voto de saudação “1º encontro municipal de justiça, segurança e saúde animal” foi aprovada por unanimidade;

6.5.3 – A moção/deliberação “preservar o ambiente e a natureza, prevenir as alterações climáticas” foi votado em separado a parte dos considerandos e a parte deliberativa, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.5.3.1 – A parte dos considerandos foi aprovada por maioria, com 20 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP; 14 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do eleito do PAN; e 3 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.5.3.2 – A parte deliberativa foi aprovada por unanimidade.

6.5.3.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) apresentou uma declaração de voto por escrito:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-PP está ciente das necessidades e das preocupações que quer os responsáveis políticos quer os restantes decisores devem potenciar e promover relativamente a políticas de preservação do meio ambiente, do ecossistema e da própria Natureza.

Está ainda consciente dos problemas e das más práticas adotadas ao longo de muitos anos, por vários agentes poluentes que com um total desprezo pela Natureza, levaram a um considerável desequilíbrio do próprio ecossistema.

São todas essas práticas poluentes que levam a que nos dias de hoje, se tomem atitudes firmes na proteção do meio-ambiente, com o objetivo de reverter o problema deixando para o futuro uma Natureza sustentável e douradora.

Contundo, a consciencialização da proteção da Natureza e do meio ambiente, jamais pode entrar na deriva do radicalismo infundado, sem provas concretas das causas e reações naturais climáticas, baseadas apenas em agendas pré-definidas e com objetivos paralelos ou mesmo obscuros, usando a luta contra a proteção da Natureza com fins políticos ou mesmo doutrinários, usando o alarmismo e o catastrofismo para conseguir justificar os seus meios.

O CDS-PP recusa qualquer tipo de fundamentalismo, incluindo o ecológico, ou qualquer manipulação encapotada em nome da Natureza, embora tal posição, não invalide que o CDS-PP tenha consciência do muito que há por fazer para tornar um planeta melhor para o futuro.

Mais se acrescenta que o CDS-PP, concorda com a necessidade das autarquias reforçarem as suas políticas de defesa do ambiente, passando pela utilização moderada e responsável da água ou pela recolha atempada e seletiva dos resíduos urbanos, por exemplo, tal como concorda com a promoção da utilização dos transportes



públicos, a fim de se evitar a massificação do uso do transporte pessoal e privado, reduzindo a poluição sonora e atmosférica resultante da libertação dos gases poluentes que emanam dos automóveis. Todavia, entende também o CDS-PP, que só se pode promover os transportes públicos e o seu uso em detrimento do transporte particular, se se oferecerem transportes públicos com qualidade, assiduidade, em segurança e comodidade.

A promoção dos transportes públicos e a sua melhoria no que respeita à oferta, não implica que sejam totalmente gratuitos, pois Portugal, não tem, de momento, uma economia sustentável que possa abarcar no presente essa medida. Entende o CDS-PP, que a proposta da gratuidade dos transportes públicos é utópica e mesmo irresponsável.”

6.5.4 – O voto de saudação “pelo projeto habitacional de Almada Poente e programa 1º direito” foi aprovado por maioria, com 20 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; e 17 abstenções, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.5.5 – O voto de saudação “à surfista Mafalda Lopes” foi aprovado por unanimidade.

6.5.6 – O voto de saudação “pela expansão da Escola Carlos Gargaté” foi aprovado por maioria, com 23 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; e 14 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.5.7 – O voto de saudação “ao 40º aniversário do Serviço Nacional de Saúde” foi votado em separado a parte dos considerandos e a parte resolutiva, tendo-se verificado o seguinte resultado:

6.5.7.1 – A parte dos considerandos foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do eleito do PAN, 6 votos contra, sendo 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP e 17 abstenções, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.5.7.2 – A parte resolutiva foi aprovada por unanimidade.

6.5.7.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) apresentou uma declaração de voto por escrito:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-PP em 2019, e depois de muitas alterações à forma de funcionamento do Sistema Nacional de Saúde (SNS), entende que o SNS é fundamental para prossecução do reforço dos direitos de saúde e de acesso à saúde por parte dos portugueses.

Um serviço onde o Estado deve e tem a obrigação de ser responsável visto que tem e quer manter um sistema de assistência médica e de saúde pública, tendencialmente gratuita, como sugere a Constituição da República Portuguesa (C.R.P.), servindo os cuidados médicos às populações devendo apresentar garantias de qualidade e de eficiência.

Contudo, apesar da celebração do quadragésimo aniversário da criação do SNS, no momento, há muito pouco para festejar.

O investimento na saúde dos portugueses tem vindo cada vez mais a desejar e a acentuar um cada vez maior desnível entre os portugueses no que diz respeito ao acesso à saúde.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Se uns entendem que há motivos para festejar como é o caso do Partido Socialista, já o CDS-PP entende, que os cortes e cativações no financiamento do SNS, tal como a falta de médicos, a falta de material hospitalar, a falta de medicamentos, a longas listas de espera para consultas e para intervenções cirúrgicas, a falta de equipamento hospitalar, o encerramento de serviços e valências nos hospitais temporariamente ou mesmo definitivos, a falta ou requalificação de centros de saúde tal como a falta de hospitais há muito prometidos pelo Governo do PS, como é o caso do hospital do Seixal, ou a restante ala ainda por erguer no Hospital Garcia de Orta em Almada, deixa mesmo muito a desejar e sem motivos alguns para grandes festejos.

Mais entende o CDS-PP que a defesa de investimento do SNS, deve ser uma prioridade, cuidado e apostando na requalificação do que já existe. Apesar disso, nada impede no mesmo entendimento, que os provados devidamente contratualizados com o Estado, não tenham, antes pelo contrário, uma palavra a dizer e um papel fundamental na resolução dos problemas que afetam de forma cada vez mais acentuada o Serviço Nacional de Saúde.

A continuarem as cativações e o forte desinvestimento, o Serviço Nacional de Saúde que com esta Moção se pretende homenagear, ficam muito aquém do seu objetivo primordial."

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da Ordem do Dia relativa a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais para o ano de 2020".

7.1.1 – Para apresentar a proposta usaram da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira e a Senhora Presidente da Câmara.

7.1.1.1 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 16 de setembro, e considerando ainda que já foram levadas a deliberação da reunião de Câmara e da Assembleia Municipal, as propostas 464/2019 as quais foram rejeitadas as competências a descentralizar para o órgão municipal, para o ano de 2019, correspondentes ao Decreto-Lei 101/2018, de 25 de novembro, que concretiza o quadro de competências e transferências para os órgãos municipais e das Entidades Intermunicipais do domínio da Justiça. O Decreto-Lei nº 104/2018, 25 de novembro, que concretiza o quadro de transferências de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão. E nomeadamente o Decreto-Lei nº 20/2019, de 30 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 84/2019, de 28 de junho, que concretiza o quadro de transferências de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção e saúde animal. E nomeadamente e continuando, o Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, que concretiza o quadro de transferências de competências para os órgãos municipais no domínio da educação. E ainda, e por final, o Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro, que concretiza o quadro de transferências de competências para os órgãos municipais no domínio também da saúde.

Considerando ainda que relativamente a estes diplomas legais supra mencionados e que para o próximo ano de 2020, cuja comunicação tem de ocorrer por prévia pronúncia dos seus órgãos deliberativos, impreterivelmente até ao dia 30 de setembro, data que entretanto foi objeto de prorrogação, tínhamos um prazo inicial diferente, entende o executivo que os motivos expostos nas anteriores propostas que se mantêm inalteráveis, pelo que se propõe a esta Assembleia Municipal, nomeadamente, a rejeição de competências a descentralizar para os órgãos municipais referentes a todos os diplomas elencados supra, para o ano 2020. Sob condição naturalmente, de este diploma que foi aprovado em reunião de Câmara, vir a este órgão fiscalizador também para aprovação.

Dizer que relativamente a esta matéria na área da descentralização, está previsto nos termos da Lei que os diplomas deverão, quer a rejeição, quer a aceitação, a rejeição é um impositivo legal, a aceitação não é um impositivo legal, mas nada obsta a que o órgão Câmara Municipal e Assembleia Municipal possam também através dos seus órgãos deliberativos e fiscalizadores, proceder à aceitação. O que está em causa aqui é a rejeição de competências nesta área, por a Câmara Municipal considerar que doravante não dispõe de elementos suficientes para proceder à sua aceitação, o que não se trata de uma rejeição pura e dura destes



diplomas legais, porque sabeis e é sabido qual é a posição também do Município relativamente a estas matérias. Elas terão que ser consideradas, analisadas, estruturadas no quadro da macroestrutura da Câmara, para que a Câmara possa estar dotada naturalmente de competências para assunção quer a nível patrimonial, quer a nível dos recursos humanos, finalmente destas competências. E nesse momento, quando se encontrar o momento efetivamente em que estão todas estas ponderáveis devidamente determinadas, a Câmara Municipal que representa naturalmente uma linha de orientação estratégica e uma força política, assumirá integralmente aquilo que são as novas competências atribuídas aos Municípios.

Outra questão é o quadro que esta em marcha e de negociação, e permita-me a Senhora Presidente de Câmara passar aqui esta informação, não é a que está em causa, relativamente às transferências para as Freguesias. A esse nível, neste momento a Câmara Municipal já se pronunciou, fez na última reunião de Câmara extraordinária aprovar uma proposta da qual aguarda pareceres das Juntas de Freguesia e sob o meu ponto de vista, aquela mesma deliberação atendida ou olhada pelas Juntas de Freguesia após parecer, não carece de vir à Assembleia Municipal, sendo certo que ela virá como mera comunicação, para que os Senhores/as Deputados/as Municipais, possam naturalmente ler tudo o que é o trabalho que está a ser concretizado quer na área da descentralização de competências para os Municípios, quer na área das transferências e das competências que virão in extremis em 30 dezembro de 2021, virão a ser competências próprios das Freguesias.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, peço desculpa por ter utilizado mais daquele tempo que era devido, mas acho que o órgão fiscalizador, deveria ser dotado desta informação."

7.1.1.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, permita-me só acrescentar, porque falamos das competências que não aceitamos, mas eu queria dar aqui nota sobre as transferências que aceitamos. Significa que vamos aceitar as competências ao nível dos Bombeiros, da Proteção Civil, que é, permitam-me que diga, os apoios que a Câmara Municipal já dá aos nossos Bombeiros Voluntários, vai muito para além daquilo que são as competências que agora nos querem passar e portanto, orgulhamo-nos dos apoios que damos aos nossos Bombeiros, e às nossas Associações Humanitárias, e, portanto, não há nenhuma razão para não aceitar essa competência. Assim como aceitamos duas competências ao nível da gestão marítima e de licenciamentos de desportos de praia e outros e aceitamos também uma competência muitíssimo importante na gestão das vias navegáveis interiores, ou seja, a possibilidade de licenciar por exemplo, transporte turístico no Rio. Isto para o nosso desenvolvimento económico é uma matéria particularmente importante, como sabem, para a reabilitação da nossa frente ribeirinha também. É bom não confundir, não há nenhum tipo de aceitação ao nível do transporte público, que é uma concessão do Estado, portanto, da Transtejo, o transporte público fluvial, e que a ser transferido, só poderia ser transferido ao nível da Área Metropolitana, exigindo para isso o voto favorável de todos os Municípios o que não é o caso. Para todos os efeitos, o nosso transporte fluvial, por natureza é um transporte que liga Municípios e Concelhos e, portanto, nunca seria uma competência estritamente municipal de Almada, mas sempre uma competência a ser transferida ao nível da Área Metropolitana de Lisboa."

7.1.2 - Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através das seguintes deliberações:

A)

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4º nº 2, al. b) da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, alterado pelo artigo 92º do Decreto-Lei nº 84/2019 de 28 de junho, conjugado com o artigo 10º nº 1 do Decreto-Lei nº 101/2018, de 29 de novembro, delibera rejeitar a transferência das competências previstas neste Decreto-lei, para o ano de 2020, nos termos da Proposta Nº 93/XII-2º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 16 de setembro de 2019.

B)



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4º nº 2, al. b) da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, alterado pelo artigo 92º do Decreto-Lei nº 84/2019 de 28 de junho, conjugado com o artigo 21º nº 1 do Decreto-Lei nº 104/2018, de 29 de novembro, delibera rejeitar a transferência das competências previstas neste Decreto-lei, para o ano de 2020, nos termos da Proposta Nº 93/XII-2º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 16 de setembro de 2019.

C)

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4º nº 2, al. b) da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, alterado pelo artigo 92º do Decreto-Lei nº 84/2019 de 28 de junho, conjugado com o artigo 21º nº 1 do Decreto-Lei nº 20/2019, de 30 de janeiro, delibera rejeitar a transferência das competências previstas neste Decreto-lei, para o ano de 2020, nos termos da Proposta Nº 93/XII-2º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 16 de setembro de 2019.

D)

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4º nº 2, al. b) da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, alterado pelo artigo 92º do Decreto-Lei nº 84/2019 de 28 de junho, conjugado com o artigo 21º nº 1 do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, delibera rejeitar a transferência das competências previstas neste Decreto-lei, para o ano de 2020, nos termos da Proposta Nº 93/XII-2º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 16 de setembro de 2019.

E)

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4º nº 2, al. b) da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, alterado pelo artigo 92º do Decreto-Lei nº 84/2019 de 28 de junho, conjugado com o artigo 21º nº 1 do Decreto-Lei nº 22/2019, de 30 de janeiro, delibera rejeitar a transferência das competências previstas neste Decreto-lei, para o ano de 2020, nos termos da Proposta Nº 93/XII-2º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 16 de setembro de 2019.

F)

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4º nº 2, al. b) da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, alterado pelo artigo 92º do Decreto-Lei nº 84/2019 de 28 de junho, conjugado com o artigo 21º nº 1 do Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro, delibera rejeitar a transferência das competências previstas neste Decreto-lei, para o ano de 2020, nos termos da Proposta Nº 93/XII-2º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 16 de setembro de 2019.

7.2 - Entrou-se no ponto 3.2 da Ordem do Dia relativa a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais para o ano de 2019”.

7.2.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu penso que esta proposta não carece de grande apresentação, é basicamente idêntica à anterior, mas onde estão incluídas as três competências que aceitamos para 2020, e que obviamente não poderemos aceitar para 2019. Nesta altura do ano, parece-nos que seria totalmente irrazoável. Portanto, para o ano de 2019, é a rejeição de todos os novos diplomas sobre os quais nos pronunciamos, as alterações, as novas competências só terão efeito a partir de 2020.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

71

7.2.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo do artigo 23º, nº 2, do Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto, conjugado com o artigo 4º, nº 2 da Lei 50/2018 de 16 de agosto, delibera rejeitar a transferência das competências previstas no referido Decreto-Lei, para o ano de 2019, nos termos da Proposta nº 94/XII-2º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 16 de setembro de 2019.

7.3 - Entrou-se no ponto 3.3 da Ordem do Dia relativa a ratificação dos nomes dos representantes da Assembleia Municipal no Painel de Observadores do Programa de Monitorização de Odores Atmosféricos da FCT-NOVA – Sovena Oilseeds.

7.3.1 – O Senhor Presidente fez a apresentação da proposta.

7.3.1.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Temos agora uma proposta que é apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal, relativa ao seguinte:

Há algum tempo foi solicitado que indicássemos alguns nomes para uma Comissão que iria trabalhar em conjunto com a Faculdade de Ciência e Tecnologia e a SOVENA Oilseeds, a propósito dos odores que têm sido referidos na Cidade de Almada. Na altura o Presidente da Mesa da Assembleia contactou a Comissão respetiva, que fez a sugestão de três nomes. Quem tem autoridade, quem tem competência para aprovar é a Assembleia Municipal. Portanto, não foi possível na altura submeter a proposta à Assembleia Municipal, é feita agora essa submissão para ratificação. Os Serviços vão distribuir os boletins de voto, sendo apreciação sobre pessoas, terá de ser por voto secreto.

7.3.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado quórum, passou-se à votação por escrutínio secreto, tendo-se apurado o seguinte resultado: 37 votantes, 37 votos a favor. Assim, a proposta foi aprovada através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada ratificou a deliberação da 3ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Ambiente e Qualidade de Vida, de designação dos seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais, para representantes da Assembleia Municipal para integrarem o Painel de Observadores no âmbito do Programa de Monitorização de Odores Atmosféricos, que está a ser promovido pela FCT- NOVA, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente e a empresa Sovena Oilseeds, ao abrigo do artigo 91º do Regimento:

Henrique Margarido (PS), Sónia Silva (CDU) e Inês Bom (BE).

7.4 - Entrou-se no ponto 3.4 da Ordem do Dia relativa a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal.

7.4.1 – Para apresentar o documento usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara e o Senhor Vereador Miguel Salvado.

7.4.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Desde o primeiro dia que o rigor tem sido a prioridade deste executivo. Rigor em termos financeiros e contabilísticos, rigor na prossecução do nosso Plano de Atividades, rigor nas políticas e projetos que delineamos e implementamos e sobretudo rigor na melhoria na qualidade de vida de todos os munícipes.

Nesse sentido a Atividade Municipal ao longo destes três meses é uma continuidade deste trabalho, com vitórias importantes nas áreas da reabilitação do espaço público, educação, cultura, ambiente entre outros. O relatório



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

foi distribuído pelos Senhores/as Deputados/as Municipais, mas permitam-me que sublinhe alguns dos projetos que mais se destacam.

Começamos por uma das áreas cruciais independentemente da geografia em que nos encontramos, a educação. Como já foi aqui referido, a instalação do Ensino Secundário na Charneca de Caparica, era desde há muito uma necessidade sentida pela população e partilhada por todas as forças políticas. Nesse sentido foi assinado no dia 31 de junho um acordo de colaboração entre a Câmara Municipal de Almada e o Ministério da Educação, para a realização de obras de requalificação e modernização e de extensão da Escola Básica Carlos Gargaté, que permitirá criar uma resposta ao nível do Ensino Secundário na Charneca de Caparica. Se este investimento irá cobrir todas as necessidades, não. Mas, enquanto arranjam mais alternativas, importa começar já, a dar respostas. E nesse sentido, o Município considerou que também ele está disponível para investir nesta Escola Secundária. Não há um investimento partilhado entre o Governo Central e também o Município. Estando o arranque dos trabalhos previstos para 2020, este protocolo é fundamental para dotar a Charneca de Caparica e Sobreda, de melhores infraestruturas e serviços. A aposta nas infraestruturas educativas foi, no entanto, mais alargada. Ao longo deste período foram realizadas obras de remodelação e de beneficiação em nove escolas básicas e um jardim de infância no Concelho. A saber, Escola Básica da Costa da Caparica Nº 2, EB Trafaria Nº 1, EB Vila Nova da Caparica, EB Louro Artur, EB Rogério Ribeiro, EB Pragal Nº 1, EB Miquelina Pombo, EB Cova da Piedade, EB Vale Flores e Jardim de Infância Vale Rosal. No total destas obras, nestes três meses, estas melhorias vão beneficiar 2200 alunos, já para não falar do corpo docente que ali trabalha.

A reabilitação do espaço público, foi outra das nossas prioridades neste trimestre. Foram lançadas um pouco por todo o Concelho diversas empreitadas, quer de sinalização rodoviária, reparação e construção de diversos pavimentos pedonais e rodoviários, até à requalificação de edifícios e espaços públicos, com procedimentos mais rápidos e que foram todos, chegou-nos o último ainda esta semana, todos validados pelo Tribunal de Contas. Todos aqueles que deviam ir ao Tribunal de Contas. A título de exemplo, poderei mencionar as obras de requalificação que se iniciaram no Jardim da Cova da Piedade, as várias rotundas que melhoram o tráfego das nossas estradas e nalguns casos aumentam a proteção e a segurança, a requalificação do acesso às nossas praias, e como também já foi aqui mencionado, o novo Parque Atlântico da Costa da Caparica.

Junho foi também o mês das Festas da Cidade. E este ano quisemos corporizar nestas festas a nossa visão global do Município. Foram organizados eventos em todas as Freguesias do nosso Concelho, com ofertas culturais para todos os gostos, desde o Drive In, ao Dodge, Camané, no nosso novo e renovado Mercado das Torcatas, às nossas Marchas Populares, que mais uma vez honraram a nossa tradição, e apresentaram um desfile que colhe cada vez mais entusiastas. Relativamente às Marchas eu sei que há sempre um vencedor, mas permitam-me dizer que estão todas de parabéns pela qualidade do trabalho que apresentaram.

Tivemos também do ponto de vista cultural, deixem-me fazer um destaque para a Casa da Cerca. A Festa da Casa da Cerca, que este ano juntou perto de seis mil participantes, um record absoluto desde que este evento tem lugar. Aliás, a Casa da Cerca tem ao longo deste ano, atraído cada vez mais público. Até agosto, mais de cinquenta mil pessoas já passaram por este local, que é uma referência do nosso Concelho e que nos orgulha a todos. Há muitos anos que não tínhamos esta afluência na Casa da Cerca e nas exposições ali programadas de que eu tenho dado nota aqui nas Assembleias Municipais e nas reuniões de Câmara. Olhem o que se está a passar, é um imenso orgulho para nós. Permito-me também dizer que vão arrancar agora as obras para melhoria dos acessos para a Casa da Cerca, para ser um equipamento inclusivo.

Importa também falar obviamente, na esfera cultural, da 6ª Edição do Sol da Caparica, aquele que não se ia realizar e que afinal ultrapassou largamente as nossas expectativas. Foi a maior edição da história deste Festival, com um investimento municipal como já é sabido muito abaixo do praticado nos anos anteriores. Ninguém tem dúvidas, fomos todos surpreendidos pela afluência do Sol da Caparica, pela 1ª vez o Sol da Caparica atingiu aquilo que são os limites, não ultrapassou, já verificamos, do recinto. Há melhorias a fazer para os anos seguintes, mas reconhecendo que há coisas a melhorar para os próximos anos, devemos estar todos orgulhosos do sucesso da Festival do Sol da Caparica.



Ainda a este nível, não podemos não mencionar aquele evento que tanto nos orgulha que é o 36º Festival Internacional de Teatro de Almada.

Quanto à habitação, também já foi aqui dito e serei rápida. Muito há para dizer sobre o trabalho realizado nesta área, nestes três meses. Estamos a falar de três meses, onde as solicitações são muitas e os desafios ainda maiores. Mas, permitam-me destacar três pontos: temos hoje aprovada uma estratégia local de habitação com 11 medidas para respostas às necessidades dos munícipes; celebramos o acordo também já aqui mencionado com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – IHRU, no âmbito do 1º Direito, programa de apoio ao acesso à habitação para assegurar a reabilitação de habitações e no âmbito do projeto designado como Almada Poente, no qual assumimos cooperar no âmbito da construção de 3500 fogos de renda acessível. E foi elaborado um regulamento de acesso e atribuição de habitação que esteve em discussão pública nos termos da Lei até ao passado dia 30 de agosto, estando agora a ser analisado pelos contributos recebidos que integrarão o documento final que será levado à aprovação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

Não estarei aqui a listar todos os projetos até porque, como referi, Senhores/as Deputados/as Municipais receberam e tiveram a oportunidade de analisar o Relatório, mas penso que até agora o número de realojamentos também estão.

Também já foi aqui mencionado o 1º Encontro Municipal de Justiça, Segurança e Saúde Animal, como disse, esperamos ver concretizada no início de o mês de outubro a proposta de criação do Provedor do Animal, esta entidade que fará a ligação entre o Município, o Serviço Veterinário Municipal a quem eu deixo aqui uma palavra de apreço, e as Associações e, portanto, é mais uma entidade para um esforço que deve ser comum.

Salientar também a intervenção nas praias da Costa da Caparica. Levadas a cabo pela renovada ECALMA, agora o WEMOB, e que tiveram também o acordo entre o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e a APA - Agência Portuguesa do Ambiente, e essa questão é muitíssimo importante. E todas as outras atividades que estão no relatório e que eu não vou alongar-me muito mais.

Tal como eu disse há pouco, todo este trabalho que tem sido intenso e que infelizmente os almadenses já começam a ver e a sentir uma renovação do seu Município, só foi possível graças ao empenho de todos os trabalhadores da Câmara Municipal, dos SMAS também certamente, da WEMOB, a quem eu deixo aqui um grande agradecimento. Têm sido meses muito intensos e penso que todos nós estamos entusiasmados quando vemos as reações positivas e de alegria que os almadenses nos transmitem.”

7.4.2 – No debate, usaram da palavra os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais: José Lourenço (CDU), José Rocha (BE), Pedro Matias (PS). Usou da palavra ainda o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS), para fazer uma interpelação à Mesa, referindo que se tinha já atingido a hora limite regimental para funcionamento desta reunião. Usou também da palavra o Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU).

7.4.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A leitura desta Informação sobre a Atividade Municipal que nos foi distribuída, é para mim e acredito que para todos os eleitos municipais que alguma vez se atreveram a fazê-la, uma tarefa penosa. São dezenas e dezenas de páginas, em que os serviços contam o seu dia-a-dia e as muitas atividades que desenvolvem e em que o *copy paste* de trimestre para trimestre abunda naturalmente, porque muitas atividades se repetem.

Sendo, no entanto, este documento mais do que o repositório das atividades municipais, na informação da Presidente de Câmara acerca dessas atividades, esperamos sempre ver nela, uma leitura, nem que seja breve, da Senhora Presidente sobre aquilo que se fez no Concelho nos últimos três meses e porque não, no período que já decorreu desde o início do ano. A Senhora Presidente fê-lo agora, foi sua opção, curiosamente o documento chama-se *Apreciação da Informação da Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal*, mas não há nenhuma apreciação da Senhora Presidente. E porquê, porque é importante isto? Para que possamos comparar aquilo que é dito com aquilo que está no plano de Atividades e Orçamento.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mas como eu digo, quanto a isto é melhor esperarmos sentados, porque no documento, para além de duas páginas (a 139 e a 140) em que a Senhora Presidente destaca alguns contactos institucionais e reuniões de trabalho realizadas nos últimos três meses, deste documento pouco mais se aproveita do que o resumo da execução financeira desde o início do ano e a execução no mesmo período, do Plano de Atividades Municipal, do Plano de Investimentos e das Grandes Opções do Plano.

Reuniões importantes em que a Senhora Presidente participou e que podiam ajudar os eleitos municipais a melhor entenderem o desenvolvimento da atividade municipal, como foi a reunião do Conselho Metropolitano do passado dia 30 de Agosto, em que participaram os Presidentes de Câmara da AML – Área Metropolitana de Lisboa e em que se discutiu o reforço da dotação do Plano de Ação de Regeneração Urbana na Área Metropolitana de Lisboa, não consta curiosamente das 28 atividades selecionadas pela Senhora Presidente para espelhar a sua intensa ação nos últimos três meses.

Porque terá sido, Senhora Presidente? Terá sido Senhora Presidente, porque o nível de execução deste Programa em Almada é muito baixo?

Vale a pena lembrar, que o anterior executivo conseguiu fazer aprovar para Almada, no âmbito deste programa, apoios comunitários no valor de 3,7 milhões de euros, mas este executivo executou até agora apenas 6% dessa verba, 203 mil euros, pior do que nós só Odivelas, Oeiras e o Barreiro, já que o Montijo tem o mesmo nível de execução de Almada, 6%.

Por esta mesma razão, o baixíssimo nível de execução do Programa, nesta reunião do Conselho Metropolitano de Lisboa, foi decidido por unanimidade, que do reforço de 4,3 milhões de euros a distribuir pelos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, para Almada virão apenas 56 mil euros, o que é proporcional ao baixo nível de execução. Isto é, municípios com elevado nível de execução recebem mais, municípios com baixa execução recebem menos.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no final desta minha intervenção vou entregar aos serviços de apoio a esta Assembleia Municipal, a cópia da ata da reunião do Conselho Metropolitano de Lisboa, de que acabei de falar, que agradeço distribua por todos os eleitos municipais.

Foram colocados por esta Câmara Municipal, ao longo das vias principais do Concelho mupis de pura propaganda, a referirem que efetuaram mais de 40 operações, não é 41, nem 42, nem cinquenta, são mais de 40. Podem ser 100, 200, 250, mais de 40 operações de reabilitação de edifícios no Concelho. Imaginem se não estivessem nestes dois últimos anos, preocupados apenas em destruir a estrutura orgânica da Câmara Municipal, criando o caos no seu interior e deitando fora todo o trabalho que estava feito ao nível de projetos, quantas intervenções não teriam já sido feitas.

Permitam-me ainda que faça mais duas referências sobre a Atividade Municipal desenvolvida nos últimos três meses.

A primeira para referir que na página 130 e no subcapítulo “Gestão do parque habitacional e necessidades de realojamento” é dito que nos últimos três meses foram efetuados “dois realojamentos de famílias” e que no 2º Torrão foi efetuado neste período o realojamento de uma família.

O que é que a Senhora Presidente tem a dizer sobre isto? Quantos realojamentos foram efetuados desde o início do ano? Em particular do 2º Torrão, que tanto foi instrumentalizado por vós em campanha eleitoral?

A 2ª referência é para mais uma vez chamar à atenção para o baixíssimo nível de execução do Plano de Investimentos, apenas 17% até ao final de agosto. Orçamentaram no Plano de Investimentos, 28,4 milhões de euros, mas pagaram até final de agosto apenas 4,7 milhões de euros. Em igual período do ano passado, para poder ser feita uma comparação, a execução financeira era de 22,7% e tinham sido pagos 4,6 milhões de euros. Ou seja, as coisas não melhoraram, pioraram em igual período do ano.

A situação é efetivamente muito preocupante. O Concelho está praticamente parado há dois anos e aquilo que aparenta mexer, por norma, não significa avanços, mas antes retrocessos e graves, como acontece agora com o novo traçado enterrado aprovado para a Linha de Muito Alta Tensão e a intervenção, que perante a



incapacidade de execução desta Câmara PS, a REN se prepara para fazer na ex-EN 377, que de requalificação nada tem. Se o anterior executivo municipal CDU, deixou na Câmara Municipal o projeto de requalificação pronto para ser lançado, com o enterramento de todas as infraestruturas, repavimentação, colocação de várias rotundas ao longo do trajeto, iluminação pública, arranjo de passeios e instalação de uma ciclovia, o PS, rasgou esse mesmo projeto, dizendo que era muito caro, e agora, não tendo feito nada até agora, e com metade do seu mandato já esfumado, aceita que a REN faça apenas uma rega asfáltica, coloque algumas rotundas, faça uma simples intervenção ao nível dos passeios, retire a programada ciclovia, e enterre na maior parte da ex Estrada Nacional 377, uma rede de muito alta tensão.

Por favor não ponham em risco a segurança e a saúde das nossas populações, pela vossa incapacidade política e técnica de gerir o Concelho.”

7.4.2.2 – O Senhor deputado Municipal José Ricardo Martins (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho aqui falar também da Atividade Municipal da Câmara Municipal e também de alguma estratégia do Partido Socialista, e dizer ao Senhor Deputado Municipal José Lourenço, que estamos de novo com ideias contrárias. Enfim, é normal, já vai sendo realmente usual que tenhamos ideias contrárias, também estamos de lados opostos.

A informação sobre a atividade Municipal relativa ao trimestre de junho a agosto que é colocada à apreciação desta Assembleia Municipal, mostra claramente o nível de execução que este executivo tem imprimido na sua gestão.

Contrariando as profecias mais pessimistas, de alguns quadrantes políticos, a verdade é que a atividade municipal não parou, nem estagnou. Na verdade, tem-se observado exatamente o oposto. Ao longo destas Assembleias Municipais, temos demonstrado a nossa visão, consolidada e materializada nos vários projetos que temos executado.

Na Câmara Municipal de Almada, tal como no país, o Partido Socialista, tem uma visão muito clara no propósito das suas políticas: colocar as pessoas e o seu bem-estar no centro de todas as decisões.

Desde as crianças aos idosos, homens ou mulheres, cidadãos, associações ou coletividades, a nossa política está, desde sempre, focada na nossa prioridade: a melhoria da qualidade de vida e a prossecução do interesse público.

Mas hoje estamos aqui a abordar o trabalho realizado ao longo destes últimos três meses. Mantendo a marca de uma gestão dinâmica, transparente e eficaz, a atividade desenvolvida neste período é extensa, tendo permitido ganhos significativos em várias áreas.

Desde a cultura, ao desporto, da habitação ao ambiente e à reabilitação urbana, importa salientar algumas obras, estudos e projetos mais significativos, que naturalmente tenham impacto, de forma direta e objetiva na vida das pessoas.

Neste sentido, gostaria de realçar o trabalho realizado numa das áreas prioritárias da Câmara Municipal e, de resto, do Partido Socialista: a Habitação Social. Como sabemos, esta é uma das maiores carências do nosso município, fruto de anos de inação e de ausência de resposta.

Sendo um dos direitos fundamentais dos cidadãos uma habitação condigna, infelizmente, ainda não está ao alcance de todos os nossos munícipes. São muitos os que esperam vir a ter a sua casa. São muitos os jovens que olham para o futuro com grande preocupação face à situação do mercado de habitação.

Em Almada, como no resto da País, o Partido Socialista assumiu esse compromisso, de lutar e de tudo fazer para que todas as pessoas vejam consagrado esse direito, que é um direito fundamental para a dignidade humana.

Compromisso esse, que ficou refletido na assinatura do Acordo de Cooperação com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), no âmbito do 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. Tal acordo irá



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

permitir não só encontrar soluções de reabilitação para as construções precárias existentes no nosso território, bem como construir 3500 fogos de renda acessível, afetos a agregados familiares do nosso Concelho.

Foi igualmente aprovada uma Estratégia Local de Habitação, com 11 grandes medidas que preveem a resolução da situação dos munícipes que vivem em habitações precárias ou que têm dificuldade de suportar o valor total das rendas praticadas.

Esta preocupação é também caracterizada por outras ações: desde o programa de apoio ao direito à habitação, ao programa Porta de Entrada, às preocupações com a gestão do parque habitacional e à aprovação do projeto do regulamento municipal atribuição de fogos municipais.

Uma das nossas grandes preocupações políticas, que é igualmente uma área prioritária da gestão PS e da Câmara Municipal de Almada, é sem dúvida nenhuma o ambiente.

Em plena crise ambiental mundial, as alterações climáticas são hoje o maior problema da humanidade. Cabe-nos também a nós, no plano municipal, dar corpo a esta luta que é uma luta de todos.

Nesse sentido, a atividade municipal aqui hoje detalhada, demonstra a preocupação política do Partido Socialista relativa ao ambiente. No âmbito do programa de campanhas de sensibilização e de educação ambiental, são muitas e variadas as atividades desenvolvidas, desde a edição e distribuição de material pedagógico, inquéritos, dinamização de várias atividades como os mercados da horta e biológico, à dinamização do projeto cicloficina.

Foi também lançada a campanha Eco Praias, com a AMARSUL que, nas 33 praias abrangidas, sendo que 28 estão no nosso Concelho (Costa da Caparica), foram recolhidas 136 toneladas de resíduos recicláveis o que reflete o sucesso desta campanha, tendo envolvido cerca de 95 mil pessoas.

E dado que estamos a falar de Praias, é inevitável não abordar a alimentação artificial das Praias da Costa da Caparica. Não nos enganemos: esta intervenção teve como objetivo prioritário a proteção das pessoas e seus bens. Todos nós conhecemos os efeitos da erosão costeira e, caso não sejam tomadas medidas, a Costa da Caparica, tal como a conhecemos, poderá deixar de existir. Todo este processo, é da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente, e foi concluído antes do prazo e ao longo de mais de um mês e meio foram colocados um milhão de metros cúbicos de areia. A diferença está à vista de todos e é enorme o impacto na qualidade de vida de todos os beneficiários - residentes, concessionários e turistas.

O Partido Socialista está a cumprir o seu programa eleitoral, mas acima de tudo, está a dar e vai continuar a dar o seu contributo para devolver aos nossos munícipes alguns dos seus direitos fundamentais.

E nesse sentido, não poderemos também ignorar o Protocolo com o Ministério da Educação para permitir uma resposta ao nível do Ensino Secundário, na Charneca de Caparica. Esta era uma das necessidades mais prementes desta população que, assim, terão mais respostas de qualidade para o seu fortíssimo crescimento populacional,

Não gostaria de terminar esta minha intervenção sem referir o conteúdo da informação municipal relativamente à cultura.

Honramos novamente a nossa tradição com o 36º Festival de Teatro, que teve uma projeção ímpar, abrimos novamente a Casa da Cerca, batendo recordes de participantes e realizou-se a 6ª edição do Festival Sol da Caparica.

A este nível, terei obviamente que dizer algumas palavras. Mais uma vez, muitos foram os fantasmas e as vozes críticas que previam o terror e a não realização deste Festival. E mais uma vez, o tempo e o trabalho deram as devidas respostas.

A 6ª edição do Festival do Sol da Caparica, no seu novo modelo, foi um verdadeiro sucesso. Não só foi garantido um cartaz que agradava a vários públicos e às famílias, como foi a edição mais bem-sucedida até ao momento, cerca de 90 mil pessoas passaram pelo recinto do Parque Urbano. Isto sem esquecer que o investimento foi



incomparavelmente menor, com proveitos para todos nós, munícipes deste Concelho. Existem claro, e como sempre, aspetos a melhorar e que serão, naturalmente, previstos nas próximas edições.

Haveria muito mais para salientar. Mas acabo como comecei: a Atividade Municipal deste trimestre demonstra claramente dinamismo e a dinâmica imposta por este executivo na Câmara Municipal.

Uma dinâmica que nos orgulha. Uma dinâmica que está, dia a dia, a consolidar o potencial do nosso Concelho.

A informação agora presente é o espelho do trabalho que tem vindo a ser feito, mas é igualmente a demonstração do rumo que o Partido Socialista quer imprimir na vida política, social e cultural deste nosso Concelho.

O Partido Socialista está a cumprir o seu programa eleitoral, mas acima de tudo, está a dar e vai continuar a dar o seu contributo para esta batalha que é de todos, por um planeta mais limpo e mais saudável.

E deixo-vos com uma frase:

A responsabilidade social e a preservação ambiental significam um compromisso de todos no nosso dia-a-dia.”

7.4.2.3 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Pouco mais temos a acrescentar em relação ao que já foi dito sobre o documento da Atividade Municipal. Não podemos, contudo, deixar de aproveitar este espaço de intervenção, para deixarmos aqui algumas notas sobre informações que nos chegam com preocupações de alguns cidadãos do nosso Concelho.

Uma primeira questão tem a ver com a aplicação de produtos químicos, por funcionários da Câmara Municipal, na Estrada 377, desde a rotunda da Tremoceira até à Escola Carlos Gargaté. Tendo em conta a aprovação em Assembleia da União de Freguesias da Charneca de Caparica Sobreda da proibição da utilização glifosato, parece-nos pertinente questionar que tipo de produto foi aplicado e o porquê da inexistência de qualquer aviso prévio, como é aliás prática normal, ou se o produto em questão é inofensivo ao ponto de tornar indispensável a afixação destes avisos. Não é infelizmente caso único, chegou-nos por exemplo a aplicação de herbicida a norte da rotunda do Monte de Caparica, onde os trabalhadores utilizavam este produto sem a proteção adequada. Gostaríamos, naturalmente, que o executivo se pronunciasse sobre estas notas que aqui deixamos.

Por último, uma questão não menos importante, que tem a ver com a ECALMA, agora o WEMOB. Nos inúmeros relatos que nos vão chegando por parte de alguns dos nossos munícipes, bem como de algumas das situações que vamos assistindo, como por exemplo, uma viatura rebocada durante a tarde, e quando o proprietário da mesma tem a infelicidade de se aperceber em cima das 18H00 ou depois, pouco depois, tem que esperar até ao dia seguinte com todas as contrariedades que isso acarreta. E impõem-se uma pergunta: e se for um fim de semana? Bom, sabemos a resposta, terá que esperar até segunda-feira. Isto se não tiver o azar de apanhar um feriado à segunda-feira. E mais, e se deixou no carro documentos que eventualmente lhe possam fazer falta? E até como já aconteceu as chaves de casa, por exemplo. Enfim, sem dúvida, consideramos nós uma atitude de enorme prepotência desta empresa municipal.

Apenas uma última nota. Ao que parece e ao que tudo indica, com o novo regulamento de estacionamento, vão implementar à semelhança do que acontece com a EMEL – Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, zonas verdes, amarelas e vermelhas. Já agora, podíamos também à semelhança do que acontece com a EMEL em Lisboa a criação de um piquete ou no limite pagamento de horas extras a alguns funcionários para que estas situações tão constrangedoras não aconteçam.

Gostaríamos de ouvir o que o executivo tem a dizer sobre esta temática.”

7.4.2.4 – Usou da palavra o Senhor Vereador Miguel Salvado para apresentação da Atividade dos SMAS:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Para apresentar de uma forma sucinta toda a informação dos SMAS neste período em análise. Neste período homólogo foram elevados 4.755.585 metros cúbicos. Houve aqui um aumento do consumo, que acho que é um dado importante para partilhar.

Houve diversas intervenções na rede de águas desde a rua dos Castanheiros, rua de São Pedro, rua 5 de Outubro, tem havido uma preocupação pelo facto de ser o período que é, embora sendo uma preocupação que existe durante todo o ano, mas neste período particularmente tem a ver com a manutenção dos hidrantes, e o acompanhamento principalmente naquelas zonas mais complicadas do concelho, onde há maiores problemas de fogos florestais. E nós temos infelizmente tido várias ocorrências dessas, e até hoje os hidrantes têm funcionado e as coisas têm corrido bem, isto até tem sido um trabalho de grande ligação entre os SMAS e a Proteção Civil.

Houve um grande esforço por parte das nossas equipas dos piquetes tanto da água como da drenagem, para acudir às habituais avarias e roturas em várias condutas tanto de distribuição como adutoras entre outras. Dizer também o seguinte: em relação a empreitadas, temos já há algum tempo a decorrer a empreitada de remodelação total da rede de abastecimento de água e saneamento da rua Manuel Sousa Coutinho em Almada, uma obra avaliada em 189 mil euros, em que tivemos necessidade inclusive de incluir a remodelação de uma conduta distribuidora em frente ao Seminário de forma a que ficasse também já reformulada, até porque esta rua ao longo do tempo da obra fomos corrigindo o pavimento, mas no final toda ela vai ser fresada e vai levar um pavimento todo novo para que não fiquem aqueles habituais remendos da via e por isso vamos fazer tudo e depois no fim vamos então pôr um pavimento completamente novo.

Falar e realçar aqui um dado importante. Tem a ver com os resultados do controlo analítico das nossas ETAR,s. Como podem ver tanto na Mutela, Quinta da Bomba como em Valdeão, mas principalmente e aqui focar a Quinta da Bomba, como podem ver, os valores da Quinta da Bomba já começam a estar dentro dos parâmetros legais do Decreto-Lei, e isto é um grande esforço por parte dos nossos técnicos e dos nossos serviços, como sabem tivemos o problema que tivemos na Quinta da Bomba, assumimos toda a gestão da ETAR da Quinta da Bomba em pleno desde o início deste ano, e graças aos esforço dos técnicos e às empreitadas consecutivas que tiveram vindo a ser lançadas para ir colmatando os problemas que estão a acontecer, nós neste momento já conseguimos como não acontecia já há muito tempo, mas tem vindo a acontecer colmatado e os valores dos parâmetros já estão dentro do aceitável e dos valores de Lei.

Temos aqui também algumas reabilitações a nível da rede de drenagem, também a nível de rede de água, houve a finalização também da obra da Praça dos Navegantes, da rua do Botequim e da rua Fernando Castro, e está a decorrer neste momento também, foi consignado neste período, a remodelação da rede de abastecimento de água na rua Torcato José Clavine e na rua Galileu Saúde Correia no Pragal.

A questão que já foi falada em Sessão de Câmara e que tem a ver com a rua de São João das Quintinhas fica só a indicação que já foi adjudicada a obra de finalização de toda a rua São João das Quintinhas.

A nível de pessoal, temos uma série de concursos para Assistentes Operacionais e Assistentes técnicos a decorrer, que são muito importantes para vir para o reforço do Quadro de Pessoal dos SMAS, principalmente das áreas mais operacionais, os concursos têm corrido bem, vários deles vão terminar, estamos à espera no mês de outubro e novembro, ter então a entrada de novo pessoal.

Para terminar, dizer-vos só o seguinte: houve um aumento considerável da receita neste período até junho de 2019, que em valores por alto nesta informação está à volta dos 2 milhões, isto muito devido também à gestão da dívida dos valores que estavam para trás, também algum aumento da faturação. Só deixar o valor final ao dia de hoje, praticamente estamos já com um valor de 2 milhões 787 mil, e nota-se aqui já um diferencial entre este valor de junho e o valor de setembro."

7.4.2.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Senhor Presidente da Assembleia Municipal, permita-me só aqui esclarecer o Senhor Deputado Municipal José Rocha. Só para dizer que os serviços da WEMOB funcionam todos os dias, sábados, domingos, feriados inclusive das 09H00 às 18H00, e que os trabalhadores são obviamente pagos como devem ser nesses dias. Portanto, há aí uma informação certamente errada, porque posso lhe garantir que o que está estipulado é que os serviços funcionam todos os dias. Portanto, eu só peço aos Senhores/as Deputados/as Municipais quando alguém vos diz qualquer coisa, pelo menos verifiquem se de facto, corresponde a alguma realidade.

Só muito rapidamente ao Senhor Deputado Municipal José Lourenço, eu acho que nós estamos mesmo no bom caminho, o Senhor Deputado José Lourenço costuma fazer intervenções tão veementes e até assertivas nalguns casos, quando o que tem a criticar a Atividade Municipal é os fundos estruturais, Senhor Deputado tem toda a transparência em lhe dizer a razão desta execução. Como sabe já foi dito aqui várias vezes, as candidaturas que estavam em curso, e que de facto Almada, para os 3 milhões ao qual se candidatava, tinha projetos que iam para dez vezes mais do que aquilo que ia receber, a taxa média de comparticipação dos projetos que Almada apresentou, era de 12% em vez de 50%. Portanto, os projetos que o anterior executivo candidatou, Senhor Deputado Municipal, com toda a franqueza, não eram factíveis, não eram factíveis. E o nosso trabalho até agora, foi pegar nessas candidaturas, reformulá-las, reprogramá-las, como por exemplo, a questão da obra da Cova da Piedade, e temos até 2022, para executar, até 2022. E vamos lá ser honestos. Para já deixe-me dizer-lhe, era já tradicional que a pior execução da Área Metropolitana de Lisboa, estava na Península de Setúbal, porque será? Deixo à sua consideração. Essa é a primeira das questões. Segunda questão, todos os Municípios que mudaram de cor, lamento dizer, o Barreiro está exactamente com o mesmo problema, tiveram o problema de serem confrontados com candidaturas mal feitas, mal planeadas, mal contabilizadas e impossíveis de fazer. O que eu acho mais estranho e permita-me que lhe diga porque isto também é uma discussão política, o que eu acho estranho, é que por exemplo, um Município como o Seixal, que não mudou, que tem o mesmo Presidente da Câmara Municipal, sabe qual é a sua taxa de execução? 13%. Palmela, que não mudou, 13%. Senhor Deputado Municipal, vamos tratar as coisas como devem ser tratadas. Não é o mal dos outros. É que o Senhor Deputado Municipal vem aqui puxar um assunto, que obviamente nada tem a ver com a atividade trimestral do Município, e sobre o qual, se quiser organizar um debate sobre os Fundos Estruturais, cá estaremos. Uma coisa lhe digo, o Município de Almada, herdou uma situação de candidaturas dos Fundos Estruturais que era uma vergonha, uma vergonha. E estão todos a arrancar, A Romeira vai arrancar agora, a Cova da Piedade está a arrancar agora, e sabe tão bem como eu, que a execução se mete com a fatura final. A fatura final. E, o que eu acho extraordinário, é que o Senhor Deputado Municipal vem falar da execução comparativamente ao ano passado, e omite rapidamente que o montante é o mesmo. Pois é Senhor Deputado, o ano passado na mesma altura tínhamos executado 4 milhões, neste momento na mesma altura temos executado 4 milhões. Senhor Deputado Municipal José Lourenço, acha que as pessoas de Almada, que andam pelo Município, não veem as obras a acontecer? Então todos os almadenses veem exceto os Senhores Deputados da CDU? Eu não percebo. Há obras de requalificação por todo o Concelho, e só os Senhores Deputados da CDU de facto, devem ter umas charneiras, é porque são os únicos que não veem a obra a acontecer. São os únicos. São os únicos que chegam à Costa da Caparica e não veem lá o Parque Atlântico, chegam à Cova da Piedade e não veem a obra a acontecer, chegam ao Feijó, chegam à Charneca de Caparica, chegam a todos os sítios onde se está a fazer obra, toda a população ver a obra, exceto a CDU. Senhor Deputado Municipal José Lourenço, é sempre um gosto debater consigo."

7.4.2.6 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente de Câmara, a informação que nós temos é que depois das 18H00, não saem carros do parque da ECALMA. Essa é a informação que temos e creio que é correta. Depois das 18H00, não saem carros. A questão que aqui se coloca é, depois das 18H00 não deixam sair os carros da ECALMA. A questão é essa. E por isso é que eu frisei, e se for um fim de semana, e se eu tiver documentos no meu carro, depois das 18H00 não consigo tirar o meu carro, é isso que está aqui em questão. Aliás, a resposta dada pelo funcionário da WEMOB, foi exactamente que o Senhor que lá foi da última vez, às 18H10, a resposta que lhe foi dada, foi que ia fazer o especial favor para lhe entregar o carro. Portanto, a questão que se coloca aqui é apenas essa. Agora, se lá está gente, ou não está, se está aberto ao sábado ou ao domingo, não foi essa a questão que eu aqui trouxe. A questão é levantar



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

o carro ou deixar que o carro saia do parque depois das 18H00. Esta é a verdadeira questão aqui e que me parece importante ver respondida, mas com seriedade.

E já agora, uma outra questão se me permite, que é muito importante também. A nova rotunda a que deram o nome de Conceição Sameiro Antunes, começou com um grande aparato, mas tem vindo a abrandar, chamar a atenção sobre o rebaixamento dos passeios com acesso para cadeiras de rodas, o que lá está parece-nos demasiado alto.

Já agora, apelo a que sejam criadas as condições para os trabalhadores que lá estão porque comem dentro das próprias carrinhas, portanto era importante criar algumas condições também e se puder Senhora Presidente responda-me às questões que coloquei em relação aos produtos químicos.”

7.4.2.7 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara Municipal, eu sei que a minha intervenção não é agradável para vocês, eu sei que não é. Mas eu limito-me, por muito que lhe custe e que vos custe, eu limito-me a ler os vossos documentos, ler os números, interpretá-los da forma melhor que sei. Foi isso que eu fiz. Não fiz mais do que isso. Vocês, a bancada do PS, o Senhor Deputado Municipal José Ricardo veio aqui repetir praticamente o que a Senhora Presidente de Câmara disse, mas isso não é importante, dizem que fizeram “N” coisas. Eu não sou capaz, eu o que sei é que está nos documentos que a Câmara Municipal me entrega, com a execução projeto a projeto, o que está cabimentado, o que está comprometido, o que está pago, o que está executado. É a partir daí que eu funciono, eu não invento números. É desagradável? É. É o espelho de paralisia? É. O que é que devemos fazer. É o que temos. Não podemos fazer outra coisa. É o que temos. Quanto ao número em si, é evidente que a percentagem, que o valor é ligeiramente maior, mas passado um ano, o ano passado ainda havia a desculpa que tinham começado, que estava tudo muito mal, isto estava tudo embrulhado, já passou mais um ano, estamos no meio do mandato. É caso para dizer: mexam-se. Não adormeçam, façam aquilo que prometeram às populações. Construam casas, realojem o 2º Torrão. Um realojamento no 2º Torrão, dois realojamentos nos últimos três meses, depois vêm com um plano de 3500 fogos que vamos construir. Desculpem, eu não digo que isso não pode acontecer, mas a pergunta simples é: quando? Há prazos, quem planifica tem prazos. Depois quem paga? Quem paga? Qual é a comparticipação do Município? Quanto é que vai custar de endividamento ao Município tudo isto? E a responsabilidade da habitação é dos Municípios? Ou deve ser do Estado? Os Municípios não estão a substituir-se ao Estado ao fazerem isto? E o Estado feliz da vida, o Poder Central, haja quem faça por eles.

E já agora aproveitava esta intervenção a propósito das escolas. Há pouco o Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, pôs aqui uma questão a propósito das escolas, nós participamos, nós fazemos. Tudo isso e nós fazíamos, e o Deputado Ivan Gonçalves, não se o Senhor deputado Ivan se lembra, provavelmente não se lembrará, mas também não é obrigado a tudo isso, durante muitos anos, mas mesmo muitos anos, Almada, Câmara Municipal de Almada, assumia projetos de construção dos pavilhões das Escolas Secundárias, pagava-os, e reparem, o Poder Central ia pagando à medida que ia podendo. Isto não é colaboração? Diferente é aquilo que estão a fazer agora. É porem os Municípios a pagarem com o seu orçamento obras que são de responsabilidade do Poder Central. Isto é que não é admissível.

E a propósito do documento que eu pedi para distribuir, mas que infelizmente hoje não é possível, porque a culpa não é da Assembleia Municipal, provavelmente será um problema de ainda não ter sido adquirido uma impressora porque a que está ali não funciona. Eu pedi para se tirar uma cópia para distribuir aos Senhores/as Deputados/as Municipais, espero que seja distribuído na Segunda-Feira.

Desculpem estes números que estão aqui, são efetivamente muito preocupantes, não está em causa que uma Câmara Municipal, quando há uma mudança, que a Câmara possa questionar projetos, como é normal. Mas não há nada que se aproveite? Tudo aquilo que foi feito antes não presta? Deitamos fora. Nós vamos fazer bem? Ao mesmo tempo mandamos ao charco milhões de candidaturas? Onde é que está o interesse municipal? O que este documento prova (e estar a dizer o Seixal tem 13%) como eu disse com o mal dos outros posso eu muito



bem, Almada sempre ao nível da execução de Fundos Comunitários teve elevadas execuções de Fundos Comunitários, sempre. Podem ir ao 1º, ao 2º, ao 3º aos vários Quadros Comunitários, só há 3, depois a partir daí dão-lhes outro nome, sempre teve elevadas execuções, sempre soube fazer um bom aproveitamento dos dinheiros que vinham Comunidade Europeia. Agora, não se gasta nada. E depois qual é o impacto quando se vai fazer a distribuição, quando a Área Metropolitana vai fazer a distribuição, vê quem executou, reforça. Quem não executou fica com menos dinheiro, leva 55 mil euros. Então como é que a bota vai com a perdigota, com “N” coisas, obras aí em todo o lado, só obras só obras, então como é que uma coisa dá com outra? Então o que é que adamos a fazer?

E eu vou terminar como comecei. Eu não inventei nenhum número. É o vosso Relatório, é aquilo que dizem, é a execução financeira que a Câmara Municipal apresenta. Não é boa, tenho pena. Tenho pena, não pela Câmara Municipal, mas pelos munícipes deste Concelho que merecem muito mais.”

7.4.2.8 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para esclarecimento:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para dar um esclarecimento ao Senhor Deputado Municipal José Lourenço. Eu como Presidente da Assembleia Municipal, quando recebo as Atas do Conselho Metropolitano de Lisboa, dou conhecimento das mesmas aos Presidentes e Coordenadores dos Grupos Municipais. Portanto, eu vou verificar, como não tenho possibilidade de o fazer neste momento, vou verificar se essa Ata já foi rececionada, e se já foi distribuída. De qualquer modo farei chegar em formato digital, a todos os Senhores/as Deputados/as Municipais. Até por razões que se prendem com um texto que nós acabamos de aprovar. Portanto, não faz sentido que se gaste, pelo menos uma resma de papel, quando em termos úteis o conhecimento em tempo pode ser feito, de forma a poder ser utilizado pelos Senhores/as Deputados/as Municipais, esse conhecimento pode ser assegurado pela distribuição digital antes da próxima reunião da Assembleia Municipal.”

7.4.2.9 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero começar por saudar a Senhora Presidente da Câmara Municipal pelo excelente trabalho que tem realizado este ano, e pelo forte investimento que tem feito no nosso Concelho.

Mas pegando nas palavras do Senhor Deputado Municipal José Lourenço, com o “mexa-se”, provavelmente o enquadramento deste discurso veio fora do tempo, devia o ter feito no mandato anterior. Porque provavelmente, o anterior Presidente da Câmara Municipal e é inédito provavelmente em Portugal, foi o único que, provavelmente, iniciou o mandato e terminou-o sem inaugurar uma obra feita por ele. Provavelmente é inédito em Portugal. Começou o mandato e terminou-o e não iniciou uma obra feita por ele. Inaugurou algumas, mas vinham do mandato anterior, da anterior Presidente da Câmara Municipal. Portanto, esse discurso devia ter sido feito durante o mandato 2013-2017. Isso é que era importante.

Depois dizer-lhe também que relativamente à EN 377, porque veio aqui fazer uma forte crítica, dizer-lhe que a Câmara Municipal de Almada, nos mandatos anteriores tiveram 17 anos para reconverter uma Estrada Nacional em Via Urbana, e fizeram zero. Mas tinham projetos para o futuro, tinham projetos para o futuro, mas fizeram zero. Chegamos a 2017 e não fizeram nada. Agora já têm muitos projetos. Tinha muitos, tinham muitos lá nas gavetas, provavelmente alguns levaram-nos naquela noite de nevoeiro, da revolução de outubro de 2017. Depois relativamente às ciclovias que eram para serem instaladas na ex-EN 377, há sítios que não sei onde é que estão as ciclovias, provavelmente passaram por cima das casas ou mandaram as casas abaixo, é que as ciclovias não cabem lá.

E queria referir aqui uma outra coisa, falou aqui na execução orçamental, que é muito baixa, que não há obra, que não se está a fazer nada. Portanto, eu quero congratular-me pelo menos na Freguesia da Charneca de Caparica Sobreda, o seu forte investimento, o Polo Secundário na Carlos Gargaté, todo o trabalho feito na rede viária, o asfaltamento de ruas, todo o trabalho de limpeza que têm lá feito, portanto, têm feito muito investimento naquela Freguesia. E só para terminar a resposta ao Senhor Deputado Municipal José Lourenço,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

sobre a execução financeira que é muito baixa e que anteriormente era muito boa, eu vou só ler um paragrafo do parecer da IGF, posteriormente teremos tempo para debater este documento todo. “Execução Financeira do Anterior Executivo. Os resultados da ação realizada pelo Município de Almada, no âmbito do controlo da contratação pública, evidenciam diversas irregularidades e insuficiências de natureza administrativa, bem como indícios de infrações de natureza penal e financeira, que são participadas de forma autónoma a entidades judiciais competentes”. Esta era a execução financeira realizada pelo anterior executivo. Está aqui. E estamos a falar de uma análise parcial de alguns contratos, não era a sua globalidade, porque se fôssemos à globalidade isto ainda piava mais fino.

Mas quero dizer-lhe aqui outra coisa, que na Charneca tem feito um excelente trabalho, a população agradece o trabalho da Câmara Municipal, todo o investimento, toda a sua energia e empenho que lá tem colocado e eu quero realçar, vamos resolver, provavelmente segunda-feira, se for aqui aprovado, o início da requalificação da Estrada Nacional 377, numa Via Urbana, que é uma via estruturante no Concelho, muito importante na Freguesia, que tem um forte impacto também para quem nos visita, para o investimento, para a qualidade do espaço público que é muito importante, por isso quero dar-lhe os parabéns por ter conseguido resolver um problema que alguém dizia: “qual é o problema de ser há 14 anos? Podia ser 28 ou 38 era igual”. Portanto, obrigado por nos resolver este problema.

Queria dar ainda duas notas. Rotunda Quinta do Modelo, começou a arrancar há alguns dias, vai arrancar a rotunda da Quinta de Cima, mas há aqui uma rotunda que não posso deixar passar, não posso. Tenho que realçar fortemente. E congratular-me pela sua realização. Que é a rotunda da Quinta da Carcereira. Eu recordo-me que tinha lá um cartaz um pequeno mupi em campanha, em que as pessoas diziam que não era possível fazer a rotunda. No anterior executivo diziam que não era possível, não se consegue resolver. Bem, ganhamos as eleições, e numa intervenção e posso dizer quem é, está aqui o antigo Vice-Presidente da Câmara Municipal José Gonçalves, não preciso da sua fotografia, mas quero hoje responder-lhe àquilo que me disse naquele dia, não me vou esquecer e nunca me esqueceria, quando me disse que quando fizer a rotunda convide-me para a inauguração, recorda-se? Está convidado para todas, mas está convidado para inaugurar a da Quinta da Carcereira que o Senhor dizia que não era possível fazer. Está convidado para andar comigo, com todo o prazer e com toda a sinceridade. Estou-lhe a dizer com toda a sinceridade. Mas eu vou-lhe dizer outra coisa, sabe qual é diferença de ela estar feita e o Senhor nunca conseguiu fazer a rotunda? É porque não tinha vontade e é incompetente, esta é a diferença que marca, nós temos vontade de fazer o trabalho e arranjarmos uma solução, e os Senhores não tinham vontade e não conseguiram arranjar uma solução. Isto é verdadeiramente o que se passa. E na rua Quinta de Cima, onde há aqueles pinos, onde cada vez há mais acidentes, foram lá pôr os pinos.

Portanto, quero convidá-lo para lá ir nesse dia inaugurar esta rotunda, se quiser inaugurar as três podemos inaugurá-las no mesmo dia, é na mesma rua, portanto, não há problemas.”

7.4.2.10 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para esclarecimento:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero informá-los da seguinte situação: nós estamos neste momento no limite da hora para hoje, temos uma inscrição para intervir do Senhor Deputado Municipal José Lourenço, como compreenderão e no contexto da discussão, eu penso que o Senhor Deputado Municipal deve intervir neste momento, se no final da intervenção do Senhor Deputado Municipal José Lourenço houver outros inscritos, o ponto continua na próxima reunião, se não houver outros inscritos damos por concluído o ponto.”

7.4.2.11 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS) para uma interpelação à Mesa

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Aquilo que o Regimento estabelece é que a reunião é suspensa à 01H15m. Obviamente nós não vamos terminar este ponto hoje, até porque fará a sua intervenção, nós também temos mais intervenções para fazer e com certeza existirá tempo para gastar e todos os partidos terão coisas para dizer. Nós teremos com certeza que prolongar este ponto para segunda-feira, não nos parece que faça sentido, não tem nada a ver com quem é que está inscrito para falar neste momento, porque se nós continuarmos estamos de alguma forma a prejudicar



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

12

aquilo que é o que está previsto no regimento e também aquela que é a expectativa de todos os Deputados Municipais. A discussão a nosso ver, pode ser continuada na segunda-feira e nós achamos que faz todo o sentido que o Senhor Deputado Municipal José Lourenço faça a primeira intervenção na segunda-feira porque acabou de se inscrever.”

7.4.2.12 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para esclarecimento:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na opinião do Presidente da Assembleia Municipal, haveria vantagem em proceder como eu sugeri, agora a partir do momento em que um Senhor Deputado Municipal invoca o Regimento, para dizer que não podemos continuar, de facto, não há condições para continuarmos. E, portanto, a reunião é interrompida neste momento e continua na segunda-feira às 21H15.

7.4.2.13 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU) para uma interpelação à Mesa

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para fazer uma pergunta, se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal considera adequado a intervenção do Senhor Deputado Municipal, Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica Sobreda, relativamente a um Senhor Vereador que não pode falar nesta Sessão, se considera isso adequado nos termos regimentais desta Assembleia.”

7.4.2.14 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para esclarecimento:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não me pronuncio relativamente ao que me questionou, de qualquer modo posso referir que há preceitos regimentais que permitem responder nestas circunstâncias. E, portanto, na próxima reunião, poderemos retomar.”

8 – Assim, sendo 01 horas e 20 minutos, muito embora o debate deste ponto não estivesse ainda terminado, mas sendo atingido o limite horário regimental, deu-se por concluída a 1ª reunião da sessão ordinária, sendo os trabalhos retomados no dia 30, pelas 21 horas e 15 minutos.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Miguel Salvado, Joaquim Judas, José Gonçalves, Tiago Galveia, Catarina Pé-Curto e Luís Filipe Pereira.

10 - Foi verificada a presença na reunião dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 70 Senhores Múncipes.

11 - Por ser verdade se elaborou a presente ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1º SECRETÁRIO

A 2ª SECRETÁRIA

Paulo Viegas

Ane Soares

